



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — Nº 77

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 1968

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 21 de maio de 1968, às 21 horas
(TERÇA-FEIRA)

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1968, que suprime o inciso I do artigo 60 da Constituição, e dá outras providências, tendo

Parecer, sob nº 23, de 1968 (CN), da Comissão Mista contrário ao Pro-

SESSÃO CONJUNTA

Em 22 de maio de 1968, às 9,00 horas
(QUARTA-FEIRA)

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 13, de 1968 (CN), que declara de interesse da segurança nacional, nos termos do artigo 16, § 1º, alínea "b", da Constituição, os Municípios que especifica, e dá outras providências, tendo

Parecer, sob nº 24 de 1968 (CN), da Comissão Mista: sobre o Projeto: favorável; sobre as emendas: favorável às de ns. 68 — 69 — 71 — 74 — 76 — 78 — 80 e 81; favorável com subemenda, à de nº 75; contrário às de ns. 1 a 67 — 70 — 72 — 73 — 77 e 79, tendo votos vencidos dos Srs. Deputados Wilson Martins, Aldo Fagundes, Antônio Anibelli, Mário Maia, e dos Senhores Senadores Bezerra Neto, Mário Martins e Josephat Marinho.

Discussão, em turno único do Projeto de Lei nº 14, de 1968 (CN), que dispõe sobre a redução e isenção de impostos na exportação e na importação, tendo

Parecer, sob nº 25, de 1968 (CN), da Comissão Mista, favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.

Sessões Conjuntas

DIA 21 DE MAIO DE 1968, AS 9 HORAS
(TERÇA-FEIRA)

PL-13-6 (CN) — que declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art. 16, § 1º alínea "b", da Constituição, os municípios que especifica, e dá outras providências.

AS 21 HORAS

P.E.C. nº 3-68 — que suprime o inciso I do art. 60 da Constituição, e dá outras providências

DIA 22 DE MAIO DE 1968, AS 9 HORAS
(QUARTA-FEIRA)

PL-14-68 (CN) — que dispõe sobre a redução e isenção de impostos na exportação e na importação.

DIA 23 DE MAIO DE 1968 AS 9,00 HORAS DA MANHÃ
(TERÇA-FEIRA)

PL-15-68 (CN) — que institui o sistema de sublegendas, e dá outras providências.

CALENDÁRIO DOS VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS PELO CONGRESSO NACIONAL

DIA 26º DE MAIO DE 1968, AS 21,00 HORAS
(QUARTA-FEIRA)

Projeto no S.F. 57-63 — C.D. 4.462-68 — Alça o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências.

Projeto no S.F. 186-62 — C.D. 1.031-68 — Dispõe sobre as Forças Militares e dá outras providências.

DIA 29 DE MAIO DE 1968 AS 21,00 HORAS
(QUINTA-FEIRA)

Projeto no S.F. 111-67 — C.D. 277-67 — Reabre o prazo de remissão do Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara do pessoal do Quadro do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal.

Projeto no S.F. 2-68 — C.D. 744-67 — Modifica a redação do art. 11 da Lei nº 805, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário dos dias feriados civis e religiosos.

Projeto no S.F. 4-68 (CN) — Acrescenta parágrafo único ao art. 2º do Decreto-lei nº 132, de 1º de fevereiro de 1967, e dispõe sobre as condições de ingresso no Instituto Militar de Engenharia de Oficiais da Ativa das Armas e do Quadro de Material Bélico.

Projeto no S.F. 76-67 — C.D. 1.813-64 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda crédito especial de NCr\$ 600.000,00, destinado à regularização de despesas de pessoal da Fundação Brasil Central.

SENADO FEDERAL

ATA DA 83ª SESSÃO, EM 20
DE MAIO DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDENCIA DO SR. AARÃO
STEINBRUCH

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Alvaro Maia
Arthur Virgílio
Pedro Carneiro
Achilles Cruz
Menezes Pimentel
Manoel Villaga
Pereira Diniz
Argemiro de Figueiredo
Aloysio de Carvalho
Aarão Steinbruch
Gilberto Marinho
Fernando Corrêa
Bezerra Neto
Antônio Carlos
Atílio Fontana
Daniel Krieger.

SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) A lista de presença acusa o comparecimento de 17 Srs. Senadores. Há número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem alteração.

O Sr. 1º Secretário lê e relata:

EXPEDIENTE
MENSAGENS

Do Sr. Presidente da República, nos seguintes termos:

Mensagem nº 188, de 1968

Nº 252/68, NA ORIGEM

Excelentíssimo Senhores membros do Senado Federal.

De acordo com o preceito constitucional, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a designação que desejo fazer do Embaixador Decio Honorato de Moura, ocupante do cargo de Ministro de Primeira Classe, da carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, do Serviço Exterior Brasileiro, do Ministério das Relações Exteriores, para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República do Líbano, nos termos dos artigos 22 e 23, da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961.

2. Os méritos do Embaixador Decio Honorato de Moura, que me induziram a escolhê-lo para o de-
nem-

penho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 17 de maio de 1968. — A. Costa e Silva.

CURRICULUM VITAE

EMBAIXADOR DECIO HONORATO DE MOURA

Nascido na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 25 de junho de 1906. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1927; Diplomado pela Escola Superior de Guerra, em dezembro de 1959.

2. Ingressou no Ministério das Relações Exteriores, por concurso, na qualidade de Terceiro Oficial, em 29 de junho de 1927. Foi promovido a Segundo-Secretário, por merecimento, em 30 de abril de 1929; a Primeiro-Secretário, por merecimento, em 27 de dezembro de 1938; a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 7 de dezembro de 1943; a Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 30 de julho de 1952.

3. Durante sua carreira, foi designado para o exercício das seguintes funções: Terceiro-Oficial, adido à Legação em Montevidéu; Segundo-Secretário, na Legação em Montevidéu; Encarregado de Negócios, na Legação em Montevidéu; Segundo-Secretário, na Embaixada em Londres; Segundo-Secretário, na Embaixada em Washington; Primeiro-Secretário, provisoriamente, na Embaixada em Washington; Consul-Geral, no Consulado-Geral do Brasil em Lisboa; Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao Governo de Sua Majestade Imperial o Xainxá do Irã; Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto a Sua Majestade o Rei da Dinamarca; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto a Santa Sé; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo do Japão; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Argentina de 1963 a 25 de novembro de 1967.

4. Além dessas funções, foi designado para o exercício das seguintes missões e comissões: Integrante da comitiva do Presidente-eleito, Julio Prestes de Albuquerque, em sua visita de cortesia aos países da Europa e da América, em 1930; Oficial de Gabinete do Ministro de Estado Oswaldo Aranha, de 11 de julho de 1938 a 29 de dezembro de 1938; Secretário-Geral do Commissariado do Brasil na Feira Mundial de Nova York, em 1940; Oficial de Gabinete do Ministro de Estado Oswaldo Aranha de 22 de fevereiro de 1941 a 22 de agosto de 1944; Integrante da comitiva do Ministro Oswaldo Aranha, em sua visita de cortesia ao Chile, em 5 de novembro de 1941; Secretário da Delegação do Brasil à Terceira Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores, das Repúblicas Americanas, realizada no Rio de Janeiro, em 1942; Integrante da comitiva do Ministro da Fazenda Arthur de Souza Costa, em sua visita aos Estados Unidos da América, em 1942; designado para ficar à disposição do Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, Dean Acheson, em sua visita ao Brasil, em 1952; Presidente da Comissão de Estudos de Planejamento do novo edifício do Ministério das Relações Exteriores, em 1952; Presidente da Comissão de Inquérito incumbida de apurar as irregularidades apontadas no Processo nº 4/1952; Chefe, substituto, do Departamento Econômico e Consular, em 1953; Delegado do Brasil ao V Período das Sessões da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), das Nações Unidas, no Brasil, em 1953; Chefe do Departamento Econômico e Consular, em 1953; Elemento de ligação entre o Ministério das Relações Exteriores e

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

a Superintendência da Moeda e do Crédito, em 1953; Representante do Ministério das Relações Exteriores, na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, em 1953; Representante do Governo brasileiro na Comissão Mista Brasil-Argentina, em 1954; Assessor da Reunião de Chefes de Missão em países-membros da Organização dos Estados Americanos e do Delegado junto à referida Organização em 1954; Chefe da Embaixada Especial para representar o Governo do Brasil nas solenidades comemorativas do octagésimo aniversário natalício do Papa Pio III e do 17º aniversário da coroação de Sua Santidade, em 1956; Secretário-Geral do Itamaraty, de novembro de 1956 a julho de 1958; Presidente da Comissão incumbida de promover o estudo e a elaboração do plano de transferência da sede da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para o futuro Distrito Federal, em 1957; nomeado para exercer interinamente o cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, durante o impedimento do Ministro José Carlos de Macedo Soares, em setembro e novembro de 1957 e fevereiro de 1958; Chefe da Comissão Mista Brasil-Peru, em 1958; Ministro de Estado das Relações Exteriores, interina, no impedimento do Ministro José Carlos de Macedo Soares, em maio de 1958; membro da Comissão para o estudo e planejamento do novo edifício do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, em 1958; Representante do Itamaraty na Comissão Inter-Ministerial encarregada de estudar as questões relativas às "Northern Utilities", em 1959. Chefe da Delegação do Brasil à Reunião de Coordenação da Legislação sobre Transporte Rodoviários, em 1965. Chefe da Delegação do Brasil na Reunião para elaboração do Governo sobre Transportes Terrestres entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, em 1966; Delegado do Brasil à III Conferência Interamericana Extraordinária, em 1967.

5. O Embaixador Decio Honorato de Moura é indicado para exercer as funções de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República do Líbano.

Secretaria de Estado, em de 1968. — Walter Wehrs, Chefe substituto da Divisão do Pessoal.

Mensagem nº 189, de 1968

(Nº 293-68, NA ORIGEM)

De acordo com o preceito constitucional, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a designação que desejo fazer do Embaixador Martin Francisco Lafayette de Andrada, ocupante do cargo de Ministro de Primeira Classe, da carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Serviço Exterior Brasileiro, do Ministério das Relações Exteriores, para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Peruana, nos termos dos artigos

22 e 23, da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961.

2. Os méritos do Embaixador Martin Francisco Lafayette de Andrada, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 17 de maio de 1968. — A. Costa e Silva.

CURRICULUM VITAE

EMBAIXADOR MARTIM FRANCISCO CO LAFAYETTE DE ANDRADA

O Diplomata Martin Francisco Lafayette de Andrada nasceu em Barbacena, Estado de Minas Gerais.

2. É Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, formado em 1930.

3. Ingressou no Ministério das Relações Exteriores, na qualidade de Auxiliar de Consulado, em Buenos Aires, em 1º de junho de 1934; foi nomeado Consul de Terceira Classe em 6 de outubro de 1938; promovido a Consul de Segunda Classe, por merecimento, em 7 de dezembro de 1943; a Consul de Primeira Classe, por merecimento, em 10 de dezembro de 1945; a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 14 de agosto de 1953; e a Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 5 de maio de 1959.

4. Durante sua carreira, foi designado para o exercício das seguintes funções: Primeiro Secretário da Embaixada do Brasil em Buenos Aires, de 4 de julho de 1949 a 4 de fevereiro de 1950 e de 6 de março de 1950 a 17 de agosto de 1950; Conselheiro, em 17 de agosto de 1950; em exercício de 17 de agosto de 1950 a 19 de março de 1953; Encarregado de Negócios, de 13 de abril de 1953 a 28 de maio de 1953 e de 28 de junho de 1953. Encarregado do Consulado Geral do Brasil em Valparaíso, de 2 de março de 1953 a 10 de abril de 1953; Ministro-Conselheiro da Embaixada do Brasil na Itália, de 28 de novembro de 1955 a 1 de outubro de 1956; Encarregado de Negócios, de 20 de fevereiro de 1956 a 24 de fevereiro de 1956; Ministro-Conselheiro da Embaixada do Brasil junto a Santa Sé, de 1 de outubro de 1956 a 30 de setembro de 1957; Encarregado de Negócios, de 9 de outubro de 1956 a 18 de outubro de 1956; Ministro-Conselheiro da Embaixada do Brasil em Portugal em 11 de outubro de 1957; Encarregado de Negócios, de 10 de dezembro de 1957 a 7 de janeiro de 1958; de 15 de agosto de 1958 a 15 de outubro de 1958; de 11 de junho de 1959 a 10 de julho de 1959; de 17 de julho de 1959; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República da Guatemala; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo de Sua Majestade o Rei da Jordânia, de caráter cumulativo com as funções de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo do Líbano, de 17 de outubro de 1963 até a presente data.

5. O Embaixador Martin Francisco Lafayette de Andrada exerceu, além

dessas funções, as missões e comissões seguintes: Oficial de Gabinete do Ministro da Educação e Saúde, em 1930; Auxiliar da Secretaria Geral da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, Rio de Janeiro, em 1942; Auxiliar do Chefe do Departamento Diplomático e Consular, em 1943; Oficial de Gabinete do Ministro Pedro Leão Veloso, em 1944; Secretário da Delegação do Brasil à Conferência Interamericana sobre problemas da Guerra e da Paz, México, em 1945; Oficial do Gabinete Civil da Presidência da República, em 1945; Secretário do Presidente do Supremo Tribunal Federal, em 1946; Assistente do Secretário Geral na Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança do Continente, em 1947; Elemento de Ligação entre o Itamaraty e o Congresso Nacional, em 1948; Oficial de Gabinete do Ministro da Fazenda, em 1953.

6. Dos assentamentos individuais do Diplomata Martin Francisco Lafayette de Andrada, verifica-se que:

a) não consta dos mesmos qualquer nota desabonadora em sua vida funcional;

b) foi condecorado com a "Ordem al Mérito", no grau de "Grande Oficial", pelo Governo da Argentina, e muitas vezes elogiado pelo desempenho dado aos encargos que lhe foram cometidos;

c) foi condecorado com a "Gran Cruz da Ordem Nacional do Quetzal", pelo Governo da República da Guatemala;

d) é solteiro.

7. O Embaixador Martin Francisco Lafayette de Andrada, atualmente Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo de Sua Majestade, o Rei da Jordânia, em caráter cumulativo com as funções de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo do Líbano, é indicado para exercer as funções de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Peruana.

Secretaria de Estado, em de 1968. — Walter Wehrs, Chefe, substituto da Divisão do Pessoal.

A Comissão das Relações Exteriores.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituição de autógrafos de Projeto de Lei sancionado:

Nº 187-68 (nº de origem 290-68), de 16 do corrente mês — autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 7-68, que altera os Quadros Permanente e Provisório do Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências (Projeto que se transformou na Lei nº 5.437, de 16.5.68);

OFÍCIO DO MINISTRO DOS TRANSPORTES

Nº 573-GM, de 15 do corrente mês — comunicando a entrega ao público, no dia 8 do mês em curso, a Estação Ferroviária Internacional de Curitiba, em Mato Grosso, unidade da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

OFÍCIO

Do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado, autógrafos dos seguintes projetos:

Projeto de Decreto Legislativo Nº 29, de 1968

(Nº 263-C-66, NA CAMARA DOS DEPUTADOS)

Homologa emissões de papel-moeda realizadas no mês de dezembro de 1965.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1º. Ficam homologadas, na forma da lei, as emissões de papel-

moeda realizadas em dezembro de 1963, pelo Poder Executivo, no valor de NCr\$ 168.000.000,00 (cento e sessenta e seis milhões de cruzeiros novos).

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão da Economia e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo Nº 30, de 1968

(Nº 53-B-62, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Ratifica o texto da Convenção número 118 sobre a igualdade de tratamento dos nacionais e não-nacionais em matéria de previdência social, adotada em Genebra, a 30 de junho de 1962, pela Conferência Internacional do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica ratificado o texto da Convenção nº 118 sobre a igualdade de tratamento dos nacionais e não-nacionais em matéria de previdência social, adotada em Genebra, a 30 de junho de 1962, pela Conferência Internacional do Trabalho, em sua quadragésima sexta sessão.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Relações Exteriores e Legislação Social.

Projeto de Lei da Câmara Nº 66, de 1968

(Nº 1.190-B-63, NA ORIGEM)

Disciplina a extração de calcário e estabelece normas para a produção de corretivo cálcico para uso agrícola.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. É condicionada a exploração de jazidas calcárias à produção de calcário pulverizado, para fins agrícolas, na proporção a ser fixada, anualmente, pelo Ministério das Minas e Energia, ouvido o Ministério da Agricultura.

§ 1º. O Ministério da Agricultura ao indicar anualmente, a percentagem de pó calcário, a que se refere a presente Lei, levará em conta as possibilidades de consumo.

§ 2º. O preço do calcário, para uso agrícola, será fixado, anualmente, pelo Ministério da Agricultura, em razão da composição química e textura física, tomando-se por base o preço provável de custo, excluído o frete e considerando-se um lucro líquido nunca inferior a 10% (dez por cento).

Art. 2º. Os estabelecimentos oficiais de crédito, com base nas percentagens estabelecidas anualmente pelo Ministério da Agricultura, marcam, pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos, as cooperativas agrícolas e cuárias, os sindicatos e associações de classe, bem como os agricultores e pecuaristas para aquisição e transportes do calcário.

§ 1º. Os estabelecimentos de crédito, de natureza privada, que operarem no financiamento de corretivos, fertilizantes e sais minerais, terão assegurado, pelo Banco Central do Brasil, o refinanciamento dos títulos referentes a estas operações.

§ 2º. A sobre que porventura for, anualmente, apurada será repartida pelos órgãos do Ministério da Agricultura, dentro dos recursos orçamentários, de tal forma que seja reduzida a percentagem mínima imposta, nos termos do art. 1º.

Art. 3º. O Ministério da Agricultura encarregar-se-á da divulgação e difusão do uso do corretivo, inclusive promovendo convênios, com esta finalidade, com os órgãos específicos dos Estados e Municípios.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Minas e Energia e de Agricultura.

Projeto de Lei da Câmara Nº 67, de 1968

(Nº 1.916-B-64, NA ORIGEM)

Dispõe sobre o cálculo das indenizações por despedida sem justa causa e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A indenização devida pela rescisão de contrato de trabalho será calculada tendo em vista o salário-mínimo vigente à data do pagamento da condenação, excetuados os empregados que optarem ou venham a optar pelo regime instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1936.

Parágrafo único. Quando a remuneração percebida for superior ao salário-mínimo, o cálculo a que se refere este artigo manterá a diferença percentual que existia à época da apresentação da reclamatória.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara Nº 68, de 1968

(Nº 3.411-B-66, NA ORIGEM)

Estabelece prioridade para a matrícula nos estabelecimentos de ensino público de curso médio e dispõe sobre a concessão de bolsas de estudo para os filhos de ex-combatentes e órfãos menores carentes de recursos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Os filhos menores de ex-combatentes e os órgãos carentes de recursos têm prioridade de matrícula gratuita nos estabelecimentos federais de ensino médio.

Parágrafo único. Os estabelecimentos oficiais estaduais congêneres ficam obrigados ao disposto neste artigo, desde que os respectivos Estados sob qualquer forma, recebam auxílio da União para o ensino médio.

Art. 2º. Serão concedidas bolsas de estudo, com prioridade, através das Comissões Estaduais de Bolsas de Estudo:

I — aos filhos menores de ex-combatentes, somente quando a solicitação for encaminhada pela respectiva Associação, sediada na Capital do Estado, acompanhada dos documentos comprobatórios;

II — aos menores órgãos carentes de recursos, quando apresentados documentos que comprovem essa condição.

Parágrafo único. Em ambos os casos, a solicitação deverá ser justificada com declaração, firmada por autoridade pública, da inexistência de estabelecimento oficial no local de domicílio do requerente.

Art. 3º. As bolsas de que trata o artigo anterior equivalerão à anuidade-externado, desde que não ultrapasse a importância de 2 (duas) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 4º. As Comissões Estaduais de Bolsas de Estudo, até 30 de março

de cada ano, deverão apresentar ao Ministério da Educação e Cultura, através da Coordenação Nacional de Bolsas de Estudo o relatório do ano anterior, indicativo do número de bolsistas reprovados, filhos de ex-combatentes ou órfãos carentes de recursos.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Educação e Cultura

Projeto de Lei da Câmara Nº 69, de 1968

(Nº 326-B-67, NA ORIGEM)

Permite ao doador voluntário de sangue a ausência do trabalho, sem prejuízo de salário ou de tempo de serviço.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Em caso de doação voluntária de sangue feita a Banco mantido por organismo de serviço estatal ou paraestatal, devidamente comprovada por atestado oficial da instituição, o empregado poderá faltar a um dia de trabalho em cada ano, sem prejuízo de salário ou de tempo de serviço.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Saúde e de Legislação Social.

Projeto de Lei da Câmara Nº 70, de 1968

(Nº 576-B-67, NA ORIGEM)

Altera a redação do artigo 17 do Decreto nº 2.681, de 7 de dezembro de 1912, que regula a responsabilidade civil das Estradas de Ferro

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O art. 17 do Decreto número 2.681, de 7 de dezembro de 1912, que regula a responsabilidade civil das estradas de ferro, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 17. As estradas de ferro responderão pelos desastres que, em suas linhas, sucederem aos viajantes e de que resulte a morte, ferimento ou lesão corpórea.

§ 1º. A culpa será sempre presumida, só se admitindo em contrário alguma das seguintes provas:

- 1ª) caso fortuito ou força maior;
- 2ª) culpa do viajante.

§ 2º. A qualidade de viajante deve ser provada, bem como ter a morte, o ferimento ou a lesão corpórea, sido resultante do desastre ocorrido em linhas da estrada de ferro.

§ 3º. Se houver concorrência de culpa da empresa e do viajante, o ressarcimento dos prejuízos e as indenizações serão fixadas pela metade.

§ 4º. Considera-se também culpa exclusiva do viajante se o acidente verificar-se por ter ele:

- a) permanecido na plataforma do carro;
- b) debruçado para fora das janelas;
- c) passado de um para outro carro, estando a composição em movimento;
- d) tomado o trem, ou dele sair, em movimento;
- e) permanecido, penetrado ou saído por lugares proibidos ou inadequados;
- f) infringido qualquer dispositivo regulamentar sobre segurança do transporte ferroviário de passageiros, sem o que não haveria o desastre.

§ 5º. Nos acidentes envolvendo a participação de veículos ferroviários ou rodoviários, a pericia feita por órgão competente determinará a responsabilidade do culpado, a este cabendo o ônus das indenizações e despesas de qualquer natureza relacionadas com a ocorrência.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Projeto de Lei da Câmara Nº 71, de 1968

(Nº 694-B-67, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a promover, por ato de bravura, o Cabo da Aeronáutica Nelson Odir da Silva Barros

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover, por princípio de bravura, o então Cabo da Aeronáutica, Nelson Odir da Silva Barros, a contar da data do seu falecimento, ocorrido quando em serviço, após a prática de atos meritórios que lhe custaram o sacrifício da própria vida.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

OFÍCIOS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Comunicação de pronunciamento da Câmara sobre emendas do Senado e remessa de proposições a sanção:

Nº 2.192, de 18 do corrente mês — com referência à aprovação das emendas do Senado ao Projeto de Lei número 972-E-68 na Câmara e nº 35-68 no Senado, que modifica a redação de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências. Projeto enviado à sanção em 16-5-68.

Nº 2.193, de 16 do corrente mês — com referência à rejeição da emenda do Senado ao Projeto de Lei nº 973-D, de 1938 na Câmara e nº 32-68, no Senado, que altera o art. 31 e dá nova redação ao art. 32 e seu § 1º da Lei nº 3.897, de 28 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social). Projeto enviado à sanção em 16-5-68.

Nº 2.194, de 16 do corrente mês — com referência à aprovação da emenda do Senado ao Projeto de Lei número 119-E, de 1963, na Câmara e nº 111-67, no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de NCr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos), para ocorrer a despesas com instalação de órgãos criados pela Lei nº 4.088, de 12 de julho de 1962, e dá outras providências. Projeto enviado à sanção em 16-5-68.

Nº 2.195, de 16 do corrente mês — com referência à aprovação da emenda do Senado ao Projeto de Lei número 1.879-E-64, na Câmara e número 32-67, no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCr\$ 910.388,66 (novecentos e dez mil, trezentos e oitenta e oito cruzeiros novos e sessenta e seis centavos), destinado a atender às despesas decorrentes da aplicação da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, ao pessoal da Prefeitura do Distrito Federal. Projeto enviado à sanção em 16-5-68.

Nº 2.196, de 16 do corrente mês, com referência à aprovação da emenda do Senado ao Projeto de Lei número 1.934-E-64, na Câmara e número

no 33-67, no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Agricultura, o crédito especial de NCr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos), para atender às despesas com a assistência às regiões dos Estados do Pará e Piauí atingidas pelas enchentes. Projeto enviado à sanção em 16-5-68.

Nº 2.197, de 18 do corrente mês, com referência à aprovação das emendas do Senado ao Projeto de Lei número 1.042-D-68, na Câmara e número 41-68, no Senado, que altera a Lei nº 5.258, de 1º de abril de 1967, que dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais e dá outras providências. Projeto enviado à sanção em 16-5-68.

C SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — A Presidência recebeu hoje Mensagem do Sr. Presidente da República de nº 18, de 1968 (nº 297, de 1938, na origem), encaminhando Projeto de Lei para tramitação na forma estabelecida no art. 54, § 3º, da Constituição.

Trata-se de Projeto que dispõe sobre o reajustamento dos aluguéis de imóveis, locados para fins residenciais depois da vigência da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964.

Para leitura do expediente e demais providências iniciais da tramitação da matéria, previstas no art. 1º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 1964, o Sr. Presidente convocou sessão conjunta a realizar-se, hoje, dia 20 de maio, às 20 horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — A Presidência recebeu Telex do Ministro dos Transportes, solicitando prorrogação do prazo para resposta ao Requerimento de Informações nº 293-68, de autoria do Senador Mello Braga.

Se não houver objeção, esta Presidência considerará prorrogado por 30 dias o prazo de resposta do citado Requerimento. (Pausa.)

Como não houve, está prorrogado o prazo.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Sobre a Mesa projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

Projeto de Lei do Senado Nº 44, de 1968

Dispõe sobre o reajustamento dos aluguéis de imóveis, locados para fins residenciais depois da vigência da lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os reajustamentos de que trata o artigo 19 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, quando relativos às locações a que se refere o artigo 18 da mesma lei, não poderão ser percentualmente superiores a dois terços do aumento do maior salário-mínimo no País, devendo o respectivo aumento ser acrescido ao aluguel em três parcelas, na forma estabelecida no artigo 1º do Decreto-lei número 6, de 14 de abril de 1964.

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1968.

Justificativa

Projeto idêntico foi enviado, na forma do § 3º do artigo 54 da Constituição, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República ao Congresso Nacional.

Está aquela proposição devidamente justificada através de Exposição

de Motivos dos Senhores Ministros Hélio Beltrão e Delfim Netto.

Nossa iniciativa decorre da exigência de tempo para a tramitação da citada Mensagem, pois, dificilmente, o projeto poderá ser aprovado até 1º de junho próximo, o que acarretará um aumento excessivo dos aluguéis.

— Daniel Kriger — Manoel Vilaga — Mello Braga — Bezerra Netto — Fernando Corrêa — Atílio Fontana — Pereira Diniz — Meneses Pimentel.

As Comissões de Constituição e Justiça, e de Legislação Social.

Projeto de Lei do Senado Nº 45, de 1968

Regula o provimento de cargos vagos em virtude de aposentadoria

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Nenhum cargo público, vago por aposentadoria do titular, poderá ser provido, a qualquer título, antes de ter sido julgado legal, pelo Tribunal de Contas da União, e ato de concessão da aposentadoria.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A emenda visa a evitar o grave problema que surge na Administração, quando o Tribunal de Contas, no exercício de sua atribuição constitucional, julga ilegal ato concessivo de aposentadoria.

Nessa hipótese, torna-se, muitas vezes, necessário exonerar o funcionário já nomeado para o cargo ou retorná-lo à situação anterior, se o caso foi de promoção, tudo isso com grande transtorno para o serviço público e para os interessados.

A proposição tem também a virtude de acelerar o processamento das aposentadorias, interessando a Administração em uma tramitação mais rápida, que possibilite o preenchimento do cargo.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1968. — Senador Pereira Diniz.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Ambos os projetos estão justificados. Serão publicados e, em seguida, encaminhados às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Arthur Virgílio. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

Sr. Presidente, através do Requerimento nº 996, de 1967, solicitamos algumas informações ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Fazenda, a propósito da política do cacau.

O requerimento referia-se, especificamente, a circunstâncias relacionadas com o último Acordo Internacional do Cacau, em via de elaboração. Eram tais as dúvidas e os equívocos suscitados, particularmente entre os produtores de cacau da Bahia, que tais informações se faziam necessárias.

Acabamos de receber os esclarecimentos prestados pelo Ministério da Fazenda, à base de ofício do Banco do Brasil.

De tais informações verifica-se, em linhas gerais, que ainda não há solução definitiva para os problemas suscitados, visto que a Conferência, que se reuniu de novembro a dezembro de 1967, se encerrou sem fixação final dos critérios discutidos. Acrescentam as informações que, embora esteja prevista nova Conferência, caberá ao Secretário Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento fixar o período de sua realização. Vale dizer que, diante da controvérsia havida entre países produtores e países consumidores de cacau, não foi possível a elaboração do novo documento regulador da política do cacau.

As informações, entretanto, oferecem alguns dados que merecem, desde já, apreciação, ainda que não permitam exame definitivo da matéria, visto que não houve solução conclusiva.

Assim, apura-se, do contexto do documento elaborado pelo Banco do Brasil, que sobre as bases para atribuição de quotas a delegação brasileira defendeu o princípio de adoção das safras recordes de cada país produtor, dentro do período que se inicia em 1959-60, época em que o Brasil atingiu uma safra de 199 mil toneladas.

Há, em seguida, um pormenor que vale ser salientado, pois, se se efetivar o que consta do documento, não haverá razão de preocupação ou prejuízo para os produtores brasileiros. É que o documento informa que os preços do cacau Bahia, Ghana, Nigéria e Costa do Marfim, são considerados básicos, não havendo diferença entre eles, inclusive para as compras que seriam eventualmente efetuadas pelo estoque regulador.

Ainda é de destacar-se a singularidade a que se refere a resposta, quando elucida que, no curso da conferência houve países consumidores que advogaram critério segundo o qual deveriam obter o produto pelo mesmo preço com que ele fosse vendido no mercado interno, inclusive para efeito de industrialização. Se semelhante proposição fosse adotada, é evidente, que se teria criado uma desarrazada desproporção no comércio, com evidente vantagem para os países consumidores. Se o produto viesse a ser vendido, no mercado interno, pelo mesmo preço com que fosse destinado à exportação, onerados estariam os estabelecimentos industriais, que sofreriam ônus manifestos, em benefício do poder econômico consumidor, ou seja, do capital estrangeiro.

As informações elucidam, porém, que semelhante proposição foi recusada, dada a rejeição vigorosa dos países africanos e sul-americanos.

É curioso assinalar, ainda, que, segundo as informações, o novo acordo internacional em perspectiva tem como ponto crucial um mecanismo estabelecido à base do que se convencionou chamar "estoque regulador".

As informações aditam uma observação altamente importante para o produtor brasileiro. Diz, assim, o ofício do Banco do Brasil, dirigido ao Sr. Ministro da Fazenda:

"Considerando que dito "estoque" pagaria à vista, provavelmente, apenas cinquenta por cento restantes, caberia autorizar órgão governamental existente a financiar tal diferença, responsabilizando-se pelo exato cumprimento dos dispositivos do Acordo no tocante a cotas."

Vê-se que o próprio Banco do Brasil pede a atenção do Governo para essa operação do chamado "estoque regulador".

E que, se de um lado esse estoque regulador pode concorrer para facilitar o escoamento da produção,

por outro, cria o problema de não se efetuar, através dele, o pagamento imediato, no total, do valor das operações realizadas. Daí o Banco do Brasil salientar que um órgão oficial deverá assumir a responsabilidade do pagamento restante imediato, ficando, assim, com determinadas obrigações perante os produtores de cacau.

Essa última parte da informações coincide com outra, feita por um jovem jornalista baiano, que, retornando não há muito da França, teve oportunidade de acompanhar o desdobramento das negociações, afinal, não concluídas. O jornalista Wilter Santiago, embora favorável no conjunto, ao texto e aos objetivos do acordo em elaboração, concluiu, no entanto, por esta advertência, que coincide com a do Banco do Brasil.

(Lendo:)

"A única queixa — diz ele, em artigo de 12 de novembro de 1967, publicado no "Jornal da Bahia" — a única queixa que pode ser procedente contra o acordo é relativa ao financiamento do estoque regulador, o chamado "Buffer Stock" a ser feito por produtores, na base de um centavo de dólar por libra-peso, o que viria sobrecarregar ainda mais os custos da lavoura

E acrescenta logo em seguida:

"Mas o combate deste dispositivo não deve ser feito com a avaliação do acordo. Deve ser travado internamente, isto é, com a reivindicação ao Governo Brasileiro para que o financiamento seja feito por conta das contribuições pagas pela lavoura baiana à "CEPLAC". Este é o caminho correto, se a reivindicação é justa, se a lavoura não suporta mais qualquer gravame."

Como se vê, o jornalista, bem informado, concorda, em princípio, com a observação do Banco do Brasil; apenas vai adiante, porque individualiza logo o órgão que deve responder pelas obrigações resultantes do mecanismo do estoque regulador. Entende ele que aí deve interferir a "CEPLAC".

A "CEPLAC" — não se se todos os Srs. Senadores têm conhecimento de sua existência — é uma comissão que funciona na zona cacacueira da Bahia e que se destina, especialmente, a ajudar a lavoura mediante a recuperação dos cacauais ou sua renovação.

De acordo com o jornalista, pelo visto, a CEPLAC, teria responsabilidade no mecanismo do estoque regulador, se assim decidisse o Governo Brasileiro.

De qualquer sorte, já importante salientar que mesmo quem defende as linhas fundamentais do Acordo, que não chegou a ser concluído, observa que, no particular do estoque regulador, há de impor-se uma providência complementar, por parte do Governo Brasileiro, a fim de que não sejam onerados, com novos gravames, os produtores de cacau.

Não cabe, neste instante discutir o mérito, em conjunto, do Acordo, de vez que não foi concluído. Estas observações são, entretanto, da maior oportunidade, já porque constantes da informação do Ministério da Fazenda, com base no ofício do Banco do Brasil, já porque serve para orientar a atuação do Governo quanto ao encaminhamento final do Acordo, quando for retomada sua apreciação na anunciada, e ainda não designada, conferência final.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não!

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Gostaria para chamar a atenção do Governo sobre o aspecto geral dos Poderes Legislativo e Executivo, porque, se é útil e de grande interesse para a economia nacional a observação que ora V. Ex.^a faz, é evidente que, se o Governo, porventura, através de seus assessores, de seus técnicos, não conhecer da matéria — o que devia fazer através de assessor seu, de assessor da sua confiança, acompanhando os trabalhos do Congresso Nacional — o Poder Legislativo, na hora oportuna, quando houver de intervir na apreciação, na homologação, na aprovação do Acórdão nos termos da Constituição naturalmente, conhecerá, também, as brilhantes considerações do nobre Collega. Tem V. Ex.^a toda razão em defender a economia do seu Estado, através de medidas indispensáveis à valorização daquilo que constitui a espinha dorsal da economia baiana, e que é, ao mesmo tempo, um dos fortes esteios da economia nacional. Senhor Senador Josephat Marinho deve ser a preocupação constante desta Casa fiscalizar, cooperar, advertir e, na hora oportuna, sem discriminações partidárias — é o que tenho procurado dizer constantemente aqui — precaver, nas votações, sempre, o rumo que corresponde aos interesses e aspirações nacionais.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Tanto maior cuidado, Sr. Presidente, deve merecer de todos nós observações quanto elas poderão concorrer para uma boa solução no estabelecimento final do Acórdão e, assim, encontrar este, no tempo próprio, condições normais de apreciação e aprovação pelo Poder Legislativo, como, com tanta propriedade, acabou de acentuar o nobre Senador Argemiro de Figueiredo.

Na medida em que o Governo for previdente e atentar nas observações originárias do Poder Legislativo, tanto mais seguramente deliberará, e tanto mais facilmente conquistará o apoio do Congresso para os compromissos que assumir.

Demais, o assunto requer, desde logo, dobrada atenção do Governo, porque, segundo as conclusões, que estão sendo firmadas, a safra de cacau 1967-68 não sofrerá aumento, mas redução.

Segundo nota que temos em nosso poder, o Comitê de Estatística do Grupo de Estudo sobre o cacau, da ONU, indica que a safra brasileira de 1967-1968 deverá ser de, apenas, 138.000 toneladas, ou seja 42.000 toneladas a menos do que a previsão feita em nobre último.

Conseqüentemente, se, vamos sofrer redução nas nossas vantagens, por efeito de diminuição da safra, maiores devem ser as atenções do Governo, no envolver a lavoura de riquezas de proteção no plano internacional.

Há, entretanto, aspecto peculiar a Bahia que nos cumpre destacar, neste instante. Como visto, no curso destas rápidas apreciações, o Banco do Brasil entende, assim como um jornalista que apreciou a matéria, que é um órgão do Governo deve intervir no mecanismo do estoque regulador, a fim de que os produtores não sejam onerados com novos gravames ou com o retardamento do recebimento do valor total das vendas. O jornalista chegou mesmo a assinalar que esse órgão deve ser a CEPLAC. É para este ponto que desejamos pedir a atenção do Governo.

Não cuidamos, neste momento, de formular, uma impugnação propriamente à sugestão. Queremos, antes, que o Governo, desde já, comece a examinar o problema, para verificar se, efetivamente, deve ser a CEPLAC o órgão adequado à interferência nesse mecanismo do estoque regulador.

Assim ponderamos porque a CEPLAC foi criada como órgão destinado a dar assistência imediata à lavoura, inclusive assistência técnica, mediante a presença de elementos especializados para benefício dos cacaueiros e da lavoura. Para isso a CEPLAC tem orçamento próprio, de valor ponderável.

Para lhe dar responsabilidade, como órgão interveniente no mecanismo do estoque regulador da comercialização do cacau, caberá ao Governo e, no tempo próprio, às entidades interessadas na defesa da lavoura e do comércio do cacau, o exame devido do assunto.

Neste momento, entretanto, e como uma consequência mesmo desses fenômenos, desejamos observar que cumpre manter a CEPLAC nos limites principais de sua competência, a fim de que ela, tanto quanto for possível, possa ajudar a renovação dos cacaueiros e a melhoria de sua produção.

Para fazê-lo, é evidente que os recursos destinados à CEPLAC devem ser aplicados, precipuamente, no objetivo para que foi ela criada, ou seja, o amparo à lavoura e a seu aperfeiçoamento.

Fazemos esta advertência, Senhores Senadores, porque ainda há poucos dias, ou seja, a 7 deste mês de maio, o jornal "A Tarde", que é um órgão permanentemente interessado nos problemas da Bahia, fez interessantes comentários a propósito da política que está sendo anunciada por parte do Governo, com relação à zona sul da Bahia, que é a zona especificamente cacaueira, e à aplicação dos recursos destinados à CEPLAC.

Esclarece o vespertino "A Tarde" que, segundo declarações do Ministro da Viação, os portos do cacau e do sal seriam construídos pelo cacau e pelo sal.

E, adiante, o jornal precisa: para o porto, por exemplo, 3 milhões de cruzeiros novos do Orçamento da CEPLAC, estão consignados este ano para a construção do porto.

Ora, não se nega, nem o nega o jornal, a importância do porto na zona cacaueira; como ninguém contesta a importância de outras obras que se impõem na região sul da Bahia.

O que não se aceita é que recursos da CEPLAC, originários da lavoura, ou seja, dela extraídos para o fim específico de protegê-la, venham a ser aplicados em obras federais que devem ser custeadas pelo Orçamento da União.

Já não basta a surpresa em que, afinal, foi envolvida a Bahia na construção da ponte Ilhéus-Pontal. Já agora, segundo o jornal anuncia e critica, o Ministério da Viação pretende que as obras do porto prossigam e se concluam com o dinheiro da própria lavoura cacaueira. Ora, os cacaueiros, no seu conjunto, como quantos na região exercem atividades lucrativas, pagam os impostos reclamados pela União e pelo Estado, a fim de que também as obras que ali sejam necessárias se construam e se realizem sem necessidade de novos gravames através do orçamento da CEPLAC, que não se destina a financiar do âmbito do Governo Federal.

Esta observação do jornal "A Tarde" está a merecer, desde logo, o apoio parlamentar, a fim de que a notícia proveniente de declaração do Ministro da Viação não se torne fato consumado. Ainda, menos se há de admitir que esse critério prevaleça porque a CEPLAC e outros órgãos de estudo do problema do cacau reconhecem que mais da metade dos cacaueiros baianos estão em decréscimo na sua produção. Ainda recentemente,

em parecer do Conselho Consultivo dos Lavradores de Cacau, Doutor José Cunha assinalou, invocando subsídios da própria CEPLAC, que "a lavoura área plantada, se encontra em voura cacaueira, em mais de 90% ao fase adiantada de decadência."

Significa, isto, portanto, que urge renovar os cacaueiros, e fim de que se assegure, não aumento desmedido da produção, mas uma produção regular, útil à Bahia e à capacidade de exportação do Brasil.

De qualquer sorte, o que importa assinalar é que não importa alguma coisa de relativo que justifique o anunciado procedimento do Governo de realizar obras fundamentais com o desfalque de recursos que devem ser aplicados em benefício direto da lavoura do cacau.

Eram essas, Sr. Presidente, as observações que desejávamos fazer, aguardando a elaboração final, ou a celebração do Acórdão, para que, em defesa dos interesses da economia baiana e da economia do País através do cacau, possam ser aplicadas as ponderações que se tornarem necessárias. (Muito bem, Páris).

O SR. PRESIDENTE:

(Aurao Siebrach) — Com a palavra o nobre Senador Dercia Neto.

O SR. BEZERRA NETO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores não se pode ter comportamento pessimista em relação ao futuro do nosso País, se dele tomamos conhecimento através do que se passa no interior.

Anima, Sr. Presidente, adotar esta expectativa otimista o fato de, em mais de um contato com populações interioranas, com setores da produção, seja da indústria, seja da pecuária ou da agricultura, termos verificado que em todos esses setores há dinamismo e animação que repletamente uma garantia e uma tranquilidade para quantos se preocupam com o futuro da nossa terra.

Tenho percorrido o interior de São Paulo, em demanda a Mato Grosso. No sul e noutras regiões do nosso Estado encontramos sempre uma coletividade a trabalhar, a produzir, do marcado com os tons de um estorbo todo particular.

E assim o Brasil progredirá, antes de mais nada, pelo esforço do seu povo, pelo esforço da iniciativa privada que insiste, que teima em criar riquezas, em transformar a terra morta e seus potenciais em fatos econômicos objetivos.

E, conseqüentemente, temos os exemplos em favor dessa nossa posição otimista através da atuação de muitos brasileiros de responsabilidade. No caso especial de Mato Grosso, agora mesmo anuncia-se, para o final deste mês na cidade de Campo Grande o aparecimento de um novo jornal, de um moderno órgão da imprensa, aparelhado com todos os recursos da técnica que será o *Diário da Serra*, da cadeia dos Diários Associados.

E, de se registrar mais uma iniciativa pioneira das equipes de Assis Chateaubriand que, há mais de trinta anos, cobrem o território brasileiro com iniciativas e realizações em vários campos, seja o cultural, seja o econômico, seja também o social. Todos conhecemos o que o Brasil deve, em matéria de pioneirismo aviação a Assis Chateaubriand. E quando uma organização da responsabilidade dos "Diários Associados" se lança a um empreendimento destes, no Estado de Mato Grosso, quando escolhe a Cidade de Campo Grande para sede de um dos seus diários, é porque os seus diretores sentem, com aquela decisão de homens públicos, mas também de homens de realiza-

ções objetivas, que Mato Grosso saberá corresponder a tal programação.

Isso coincide com os conceitos de otimismo que assinalai no início das minhas palavras.

No caso, a fundação desse jornal no sul de Mato Grosso, considerando a carreira de pioneirismo legítimo, extraordinário pioneirismo. Teremos um órgão de divulgação aparelhado com os recursos da moderna técnica, dando ao Estado a notícia imediata de tudo o que se passa no País e pondo Mato Grosso numa ligação direta com todo o Brasil.

Podemos afirmar que nos, os parlamentares federais mato-grossenses, saudamos no primeiro número do *Diário da Serra*, o advento de uma nova era política, econômica e social para Mato Grosso. Sua capacidade de notícias, a patina e honra perante as contradições internas e o fato de dar acesso em suas colunas a temas indistintamente, inclusive aos temas atuais que não são domos de jornais a tudo isso se devendo a junção do brilhante elenco de colaboradores não dá menor uma fase salutar para Mato Grosso. O Estado necessita de tal surgimento e não duvidamos de que os brasileiros do *Diário da Serra* serão envidados pelo nosso povo criador e crítico que impulsiona a gente mato-grossense.

Com o seu aparelhamento técnico o novo jornal dará ao povo de Mato Grosso de modo imediato e completo a notícia dos trabalhos de seus representantes no Congresso Nacional. Isto assume proporções de alta significação para a nossa vida pública.

Nossos votos para uma profícua existência ao *Diário da Serra* e nossas saudações aos eminentes amigos e dignos brasileiros, Deputados João Calmon e Edmundo Monteiro e jornalista Ari Cunha, dinamizadores do empreendimento que ora registramos nos anais do Senado da República. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Senador Aurao Siebrach) — Com a palavra o Senador Atílio Fontana.

O SR. ATÍLIO FONTANA:

(Sem revisão do orador) Sr. Presidente Srs. Senadores, os problemas apresentados em nosso país devem ser preocupação constante do nosso governo e de todos aqueles que têm uma parcela de responsabilidade no bem-estar do povo brasileiro e seu desenvolvimento.

Santa Catarina é um dos Estados que regida da pequena propriedade rural, familiar, onde trabalham os próprios membros da família proprietária. A verdade, porém, é que o solo do Estado, de ano para ano mais se esgota e, em conseqüência, a produção tem diminuído muito, embora tenhamos no Estado a ACARESC, filiada a ABCAR, que atende a 62 por cento do território do Estado. Ainda agora, chegou-nos às mãos um relatório onde se verifica que 29.500 propriedades foram visitadas e assistidas pessoalmente pelos técnicos da ACARESC.

Embora reconhecendo que aquela organização tem contribuído para dar assistência parcial aos agricultores, ela não pode resolver toda a situação por falta de um maior número de técnicos atualizados e preparados e, principalmente, por falta do suprimento ao agricultor de fertilizantes a preços acessíveis.

Pelo relatório da ACARESC verificamos que, num concurso recentemente realizado, em que se reuniram 450 filhos de agricultores, filiados ao Clube do 4-S — quer dizer, saber, ser-

vir, sentir, saúde, o lema daqueles clubes — os resultados obtidos foram de certo modo os mais promissores. O apontado como campeão, conseguiu 990 quilos de milho, uma área de um hectare.

O segundo situou-se logo abaixo. Isso que dizer que esses rapazes, em geral meninos de 12 a 18 anos, conseguiram um rendimento cinco vezes a média de produção do milho, por are de terra, no Estado de Santa Catarina.

Observa-se, então, que se conseguíssemos levar ao nosso lavrador as condições necessárias ele poderia triplicar ou quadruplicar a produção em seus campos. Isso seria um meio de baratear o custo médio da produção e de obter um volume muito superior capaz de abastecer os centros consumidores além de dispor de vastos excedentes para a exportação.

Recentemente tem o Sr. Presidente da República e o seu Governo se preocupado, de certo modo, com o problema agrário, principalmente no que tange a esse setor, tão importante da produção de fertilizantes.

Visitamos a grande empresa ULTRAFERTIL que está instalando uma moderníssima e grande indústria em Cubatão, na Baixada Santista. Segundo fomos informados, deverá produzir uma tonelada de fertilizantes por minuto. Além disto, está a ULTRAFERTIL organizando, no interior do Estado de São Paulo diversos entrepostos que farão as misturas desses fertilizantes, segundo as análises do solo, da lavoura e dos produtos a serem cultivados. Será, sem dúvida, fator de progresso. Na cidade de Londrina, no Paraná, está igualmente sendo instalado um desses importantes centros pertencentes à organização. Entretanto, constata-se que o preço do fertilizante, mesmo na fábrica, é muito superior aos preços dos países desenvolvidos.

Ademais, em nosso País, o transporte quanto mais distante das fábricas, mais dispendioso se torna, chegando mesmo a não permitir seja consumido em larga escala, como seria necessário.

O Governo tem em mãos condições para reduzir, pelo menos, o alto preço do transporte ferroviário.

Seria necessário fosse restabelecido o abatimento de 50 por cento nos fretes que vigorava antes da criação da Rede Ferroviária Federal.

Se essa providência for posta em prática pelo Sr. Presidente da República, já estaremos dando um passo largo para o desenvolvimento, para o aumento da produção agropecuária em nosso Brasil. Sabemos, que há zonas de pastagens nativas, como já existem em muitos Estados, como pastagens artificiais cultivadas, onde a produção, sem adubação, tem caído muito. Daí porque os pecuaristas vêm sofrendo grandes dificuldades, pois o preço dos animais, não podendo ser elevado para não encarecer o custo da carne, o rendimento torna-se cada dia menor. E o resultado é que a nossa pecuária, em lugar de se desenvolver rapidamente, como seria de desejar, vem decaindo em certas regiões. É preciso, portanto, fertilizar as pastagens. É uma prática usada nos países que visitamos.

Este o grande problema que, se está preocupando o Sr. Presidente da República e os seus Ministros. A melhor solução seria encarmos com realidade a produção de fertilizantes a baixo preço, ainda que para tanto tenha o Governo que fazer concessões especiais. Porque os fertilizantes não são produtos para se desviar para qualquer outro setor menos justo, menos necessário, é preciso então que se produzam os fer-

tilizantes a preços mais baixos, como nos outros países.

O transporte também deve ser subvencionado, deve ser resolvido de maneira que o produto custe, mesmo à distância dos centros produtores, um preço baixo, conforme se verifica nos países desenvolvidos. As estradas de ferro, se transportarem os fertilizantes, os adubos, os calcários a baixo preço, possibilitarão um grande aumento de volume de produtos da lavoura e pecuária e, no escoamento da safra, poderão obter resultados que cubram com vantagem as pequenas concessões feitas no transporte dos adubos.

Não basta ter boas estradas de ferro. Precisamos ter o que transportar e para produzir em maior escala precisamos resolver o problema do nosso lavrador.

São vários os itens que devem ser considerados, mas estamos certos de que, com a melhoria das nossas terras, com adubação, boas sementes, bons animais reprodutores, transporte econômico, financiamentos, etc., poderemos fazer desta Nação, que tem sua principal economia estribada na produção agropecuária, uma Nação desenvolvida. Assim o nosso lavrador, que representa 60 por cento da população brasileira, poderá ser um grande consumidor dos produtos das nossas indústrias e contribuir para aumentar nossa exportação, com o consequente aumento de divisas, de que tanto necessitamos.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

C SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Tem a palavra o nobre Senador Achilles Cruz.

O SR. ACHILLES CRUZ:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, fazendo parte da comissão designada pela Mesa do Senado para representar a Casa na II Feira Nacional do Arroz (FENARROZ), em Cachoeira do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, parti sexta-feira passada, chegando a Porto Alegre no mesmo dia. Lá, apesar da dificuldade de hospedagem, pois havia, cerca de 5.300 otários em convenção, estava o meu cômodo reservado no Plaza Hotel, por interfeência da Mesa do Senado.

Segui sábado, pela manhã, em carro especialmente reservado, para o "Princesa do Jacuí", como é chamada a cidade de Cachoeira do Sul. Percorri uma estrada magnífica — a BR-290, em cerca de 200 quilômetros; apenas 20, em chão duro.

Antes de penetrar na cidade, atravessamos a magnífica ponte sobre o Rio Jacuí — ponte e barragem ao mesmo tempo — obra notável da engenharia nacional, construída graças ao esforço do atual Deputado Celso Pestana, quando estava no Ministério da Viação, no Governo do Presidente Dutra. Chegamos à cidade de Cachoeira do Sul, onde, sentindo o ambiente de amizade e afabilidade, fomos hóspedes do ilustre gaúcho José Miguel Aued, moço de bem, Secretário das Finanças do Município. A tarde, após a coroação da rainha e escolha das princesas, houve, na presença do Sr. Governador e do Sr. Ministro da Guerra, representante do Sr. Presidente da República, a inauguração do parque onde se realizou a exposição dos produtos.

Aquêle prédio imenso, é necessário dizer, foi construído no curto espaço de 100 dias, mostrando o esforço, a capacidade de trabalho dos habitantes da cidade.

Estavam instalados no parque cerca de 180 "stands" ou "boxes", todos com recepcionistas, mesas formosas e finas da alta sociedade local.

Examinamos os produtos expostos, agrícolas, industriais, além de animais e seus derivados.

O Município de Cachoeira do Sul — o primeiro produtor do Estado, rivalizando-se com o de Camaquã — tem a sua orizicultura baseada exclusivamente na irrigação, que provém, em mais de 50%, dos açudes.

É interessante dizer-se, também, que os locomóveis, que aspiram e irrigam, têm a sua fábrica em Cachoeira do Sul, única na América do Sul, que supre o Rio Grande do Sul e exporta não só para os demais Estados como para o exterior. O produto é o melhor possível.

Nos boxes nós verificamos, desde a irrigação até o ensacamento, o blue rose, produto de fina qualidade, próprio para a exportação.

Ficamos encantados com o que vimos.

Visitamos, também, a Exposição da Universidade de Santa Maria, que está intimamente ligada ao desenvolvimento daquela rica região.

A Universidade de Santa Maria, ali das novas e eficientes, apesar de interiorana tem tecnologia avançada e é respeitada pelo seu constante desenvolvimento.

Neste meio conturbado em que vivemos, de exaltação de alunos, a Universidade de Santa Maria é de uma tranquilidade absoluta.

Informou-me o seu Magnífico Reitor, José Mariano da Rocha Filho, que, há pouco tempo, alguns alunos de Porto Alegre, um tanto extremados, lá foram convencer os seus colegas, e estes lhes responderam: "Viltem que, aqui, não há ambiente".

É uma colméia de trabalho, é um ambiente onde se ensina e se estuda, e que serve de exemplo às demais universidades do nosso continente.

Assim, Sr. Presidente, fiquei encantado com a visita que realizei a Cachoeira do Sul.

O Rio Grande do Sul é o primeiro produtor de arroz no Brasil, e de arroz de qualidade, mas não está satisffeito: a média de produção, por hectares, é apenas de 2.600 quilos. É verdade que supera a de qualquer outro Estado, mas aquela Unidade quer igualar-se aos países cuja produção atinge de 5 a 6 mil quilos por hectares, como o Japão, os Estados Unidos, a Itália, etc.

Repito: voltei da cidade de Cachoeira do Sul encantado. Fui àquela cidade incumbido de uma missão. Já conhecia o lugar através do tribuna da "Aliança Liberal", do "Marebas dos Pampas" — João Neves da Fontoura. Foi um grande prazer foi oportuno conhecer e admirar a cachoeira do Sul.

Tenho dito, Sr. Presidente. (Muito bem.)

COMPARECEM MAIS OS SENADORES SENADORES:

Oscar Passos.
Milton Trindade.
Lobão da Silveira.
Sebastião Archer.
Wilson Gorgalves.
Luiz de Barros.
Pessoa de Queiroz.
Arnon de Melo.
José Leite.
Josaphat Marinho.
Paulo Torres.
Aurélio Vianna.
Nogueira da Gama.
Péricles Pedro.

Armando Storni.
Néy Braga.
Milton Menezes.
Mello Braga.
Guido Mondim.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

Requerimento nº 527, de 1968

Requeremos urgência, nos termos do art. 326, nº 5b, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 44, de 1968, que dispõe sobre o reajustamento dos Aluguéis de imóveis, locados para fins residenciais depois da vigência da Lei número 4.494, de 25 de novembro de 1964.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1968. — Daniel Krieger. — Aurélio Vianna.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — O requerimento lido será votado ao fim da Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 326 nº 5b, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — O Sr. 1º Secretário procederá à leitura de pedido de substituição em Comissão.

É lida a seguinte:

Brasília, 20 de maio de 1968.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Paulo Torres pelo nobre Sr. Senador Milton Menezes, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 15, de 1968 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. Senador Manoel Villaga, Líder.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Será feita a substituição solicitada. Estão presentes na Casa 36 Srs. Senadores. Vai-se passar à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, da Redação Final oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer nº 416, de 1938, da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1938 (número 3.380-B, de 1935, na Casa de origem), que institui o "Dia da Cultura e da Ciência" e dá outras providências.

Em discussão a redação final. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos e a mesma dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

A matéria voltará à Câmara dos Deputados. Para acompanhar na outra Casa o seu estudo foi designado o Sr. Senador Alvaro Maia, relator na Comissão de Educação e Cultura.

É a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 416, DE 1968

Da Comissão de Redação

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1968 (nº 3.380-B-65, na Casa de origem).

Relator: Sr. Alvaro Maia.

A Comissão apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1968 (nº 3.380-B-65, na Casa de origem) e do "Dia da Cultura e da Ciência" e dá outras providências.

Sala das Sessões, 16 de maio de 1968 — Lobão da Silveira, Presidente — Alvaro Maia, Relator — Manoel Villaga.

ANEXO AO PARECER Nº 416-68

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1968 (nº 3.380-B-65, na Casa de origem).

Emenda nº 1

(Corresponde à Emenda nº 1-CEC à emenda de redação.) A ementa e ao art. 1º.

Onde se lê:

"Dia da Cultura e da Ciência";

leia-se:

"Dia da Cultura".

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 513, de 1968, que solicita transcrição nos Anais do Senado, do teor e conclusões da "Mesa redonda sobre Política Rodoviária e Recursos Financeiros", realizada durante a semana comemorativa do cinquentenário do I Congresso Paulista de Estradas de Rodagem, de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos.

Em discussão o Requerimento.

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra para discussão, dou-a como encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o Requerimento, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A transcrição será feita nos termos do solicitado pelo Senador Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Em votação o requerimento de urgência, já lido, formulado pelos nobres Senadores Daniel Krieger e Aurélio Vianna, na conformidade com o art. 326, nº 5b, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 44, de 1968.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Em consequência, passa-se à imediata apreciação da matéria.

Vou suspender a sessão por dez minutos a fim de que os Srs. Relatores das Comissões de Legislação Social e de Constituição e Justiça formulem seus votos sobre o projeto em referência.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 16 horas e 10 minutos e reaberta às 18 horas e 20 minutos.)

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Está reaberta a sessão.

Val-se proceder à discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 44, de 1968, de autoria do Sr. Senador Daniel Krieger e outros Srs. Senadores, que dispõe sobre o reajustamento dos alugueres de imóveis locados para fins residenciais, depois da vigência da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, dependendo de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

Solicito o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, cujo Relator é o nobre Senador Wilson Gonçalves.

O SR. WILSON GONÇALVES:

(Para emitir parecer. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em virtude do regime de urgência concedido pelo Plenário desta Casa, está sob apreciação da Comissão de Constituição e Justiça, através da minha pessoa, como Relator designado, o Projeto de Lei do Senado nº 44, de 1968, que dispõe sobre o reajustamento dos alugueres de imóveis locados para fins residenciais; depois da vigência da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964.

O projeto, em apêço, tem a seguinte redação:

"Art. 1º Os reajustamentos de que trata o artigo 19 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, quando relativos às locações a que se refere o artigo 18 da mesma lei, não poderão ser percentualmente superiores a dois terços do aumento do maior salário-mínimo no País, devendo o respectivo aumento ser acrescido ao aluguel em três parcelas, na forma estabelecida no artigo 1º do Decreto-lei nº 6, de 14 de abril de 1966.

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

A proposição está devidamente justificada e, a meu ver, é daquelas que têm a tramitação inteiramente dessembaracada, porque parece-me em perfeita harmonia com o texto constitucional e o Regimento Interno da Casa.

Examinando atentamente a matéria que se contém no texto do artigo 1º do projeto, verifica-se que, a rigor, ela não trata de matéria financeira, podendo ser, por este motivo, de iniciativa de qualquer dos Membros do Congresso Nacional.

Sob o aspecto constitucional e jurídico, portanto, o projeto merece inteiro apoio, cabendo, sem dúvida, às Comissões competentes dar o seu pronunciamento sobre o mérito.

Nestas condições, Sr. Presidente, em nome da Comissão de Constituição e Justiça, ofereço parecer favorável à proposição.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Solicito ao nobre Senador Atílio Fontana, o parecer da Comissão de Legislação Social.

O SR. ATÍLIO FONTANA:

(Para emitir parecer — Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 44, de 1968, dispõe sobre o reajustamento dos alugueres de imóveis, locados para fins residenciais, depois da vigência da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, revogadas as disposições em contrário.

Diz o projeto: (lê)

"Art. 1º Os reajustamentos de que trata o art. 19 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, quando relativos às locações a que se refere o art. 18 da mesma lei, não poderão ser percentualmente superiores a dois terços do aumento do maior salário-mínimo no País, devendo o respectivo aumento ser acrescido ao aluguel em três parcelas, na forma estabelecida no art. 1º do Decreto-lei nº 6, de 14 de abril de 1966.

periores a dois terços do aumento do maior salário-mínimo no País, devendo o respectivo aumento ser acrescido ao aluguel em três parcelas, na forma estabelecida no art. 1º do Decreto-lei nº 6, de 14 de abril de 1966.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Sr. Presidente, entendemos que a elevação de dois terços, sobre o maior salário-mínimo do País, corresponde à justa remuneração aos locatários e locadores, porque, na verdade, nem todo o país esse acréscimo deveria ser sobre o máximo do salário-mínimo.

Há regiões fartas em que o salário-mínimo é muito inferior a outras. E, por essas razões, um acréscimo de 2/3 é razoável, ao nosso ver, e ainda se justifica plenamente que este aumento entre em vigor parceladamente para não sacrificar demais os inquilinos porque não somos daqueles que pensamos que devemos congelar os alugueres.

Parece-nos que já tivemos uma fase, neste país, em que os alugueres estiveram congelados e criou problemas sociais dos mais graves. Mas hoje já foram reajustados estes alugueres.

De sorte que, agora a elevação de 2/3 parece-me que consulta os interesses razoavelmente justos de ambas as partes.

Assim sendo, Sr. Presidente, como Relator na Comissão de Legislação Social, emitimos nosso parecer favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Os pareceres são favoráveis ao projeto.

Em discussão o projeto, em primeiro turno.

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra para discussão, dou-a como encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto entrará na Ordem do Dia da sessão seguinte para o 2º turno.

É o seguinte o projeto aprovado em primeiro turno.

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 44, DE 1968

Dispõe sobre o reajustamento dos alugueres de imóveis, locados para fins residenciais depois da vigência da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os reajustamentos de que trata o artigo 19 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, quando relativos às locações a que se refere o artigo 18 da mesma lei, não poderão ser percentualmente superiores a dois terços do aumento do maior salário-mínimo no País, devendo o respectivo aumento ser acrescido ao aluguel em três parcelas, na forma estabelecida no art. 1º do Decreto-lei nº 6, de 14 de abril de 1966.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Lembro aos Srs. Senadores que, à noite, o Congresso Nacional estará reunido, em sessão conjunta, a se realizar às 20,30 horas, para leitura da Mensagem nº 18, de 1968 que encaminha o Projeto de Lei nº 17 de 1968, que dispõe sobre o reajustamento dos alugueres de imóveis, locados para fins residenciais depois da vigência da Lei nº 4.494.

Amanhã, dia 21 de maio, será realizada nova sessão conjunta do Congresso, às 9 horas da manhã, para discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 13, de 1968 (CN), que declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art. 16, § 1º, alínea b, da Constituição, os Municípios que especifica e dá outras providências.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão em 21 de maio de 1968

(Térça-feira)

1

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 44, de 1968, de autoria do Sr. Senador Daniel Krieger, que dispõe sobre o reajustamento dos alugueres de imóveis, locados para fins residenciais depois da vigência da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964 (em regime de urgência, nos termos do art. 326, nº 5-b, do Regimento Interno, em virtude da aprovação do Requerimento nº 577-68, de autoria dos Srs. Senadores Daniel Krieger e Aurélio Vianna, aprovado na sessão anterior), tendo: Pareceres favoráveis (proferidos anteriormente na sessão anterior) das Comissões de Constituição e Justiça; e de Legislação Social.

2

Discussão, em turno único (com apreciação preliminar da constitucionalidade, de acordo com o art. 265 do Regimento Interno) do Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 1961 (nº 2.741-B, de 1961 na Casa de origem), que transforma em funcionamento do Serviço Civil do Poder Executivo, para os fins da Lei nº 3.783, de 12 de julho de 1960, o pessoal pago por economias administrativas e outros recursos das organizações dos Ministérios da Guerra, da Aeronáutica e da Marinha, tendo: Pareceres, sob ns. 403 e 404, de 1968, das Comissões de Segurança Nacional, solicitando audiência da Comissão de Constituição e Justiça; e de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

3

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1968, de autoria do Sr. Senador Pereira Diniz, que dispensa do reconhecimento de firma para todos os efeitos, os documentos oficiais expedidos pelas repartições públicas, federais, estaduais e municipais e dá outras providências tendo: Parecer favorável, sob nº 376, de 1968, da Comissão de Constituição e Justiça, com as emendas que oferece sob nºs 1-CCJ e 2-CCJ.

CALENDÁRIO DOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

1

Projeto de Lei nº 14, de 1968 (CN), que "dispõe sobre a redução e isenção de impostos na Exportação e na Importação".

Dia 22-5 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta às 9,00 horas. Prazo: Início: 23.4.68 — Término: 2.6.68

2

Projeto de Lei nº 15, de 1968 (CN), que "institui o sistema de sublegendas e dá outras providências". (Comissão Mista: Presidente — Senador Manoel Villaga — Relator — Deputado Raymundo Brito)

Dia 21-5 — Apresentação do parecer;

Dia 22-5 — Publicação do parecer;

Dia 23-5 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21,00 horas.

Prazo: Início: 25.4.68 — Término: 1.6.68.

3

Projeto de Lei nº 16, de 1968 (CN), que "prorroga o prazo de vigência do Decreto-Lei nº 332, de 12 de outubro de 1967".

(Comissão Mista: Presidente — Senador Argemiro de Figueiredo — Relator — Senador Achyles Cruz)

Dias 15, 16, 17, 20 e 21.5.68 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 29.5.68 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 4-6 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 5-6 — Publicação do parecer;

Dia 11-6 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21,00 horas.

Prazo — Início: 9.5.68; e, término: 18.6.68.

4

Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1968 (CN), que "suprime o inciso I do art. 60 da Constituição, e dá outras providências".

Dia 21.5.68 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21,00 horas (primeira discussão).

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO MISTA

Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, incumbida de verificar as repercussões sobre a saúde, do uso indiscriminado de adoçantes artificiais na alimentação popular, bem assim as consequências que desse uso decorrem para a economia nacional no setor da agro-indústria canavieira.

Presidente: Senador Milton Campos.

Relator: Deputado Pedroso Horta. Relator Substituto: Deputado Brito Velho.

Dia 28.5.68 — Reuniões da Comissão.

Local: Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Hora: 16,00 e 21,00 horas.

Assunto: Depoimentos: 16,00 horas: Dr. Walter Silva, Presidente da Comissão Nacional de Alimentação do Ministério da Saúde — 21,00 horas: Dr. Lúcio Vasconcellos Costa, Chefe do Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia, do Ministério da Saúde.

COMISSÃO MISTA NA FORMA DO ART. 29, LETRA B, DO REGIMENTO COMUM

Comissão Mista para estudo dos Problemas Agropecuários e seus reflexos na Economia Nacional. Presidente: Senador Fernando Corrêa; e, Relator: Deputado Breno da Silveira.

Dia 21.5.68 — Reunião da Comissão.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal. Hora: 21,00 horas; e

Assunto: Depoimento do Dr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia — Presidente do INDA.

Projeto de Resolução que se encontra sobre a Mesa a fim de receber

Emendas

(3º dia)

PR/37/68 — Modifica o artigo 45 do Regimento Interno.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 30 minutos)

Matéria que se publica nos termos do Requerimento número 513, de 1968, de autoria do Sr. Lino de Mattos, aprovado na sessão ordinária de 20-5-68.

TEMÁRIO

I — Política Rodoviária Integrada à Política Geral dos Transportes:

1 — Reformulação da política rodoviária — Transferência de encargos e recursos para os Estados e Municípios.

2 — Autonomia dos órgãos rodoviários.

3 — Participação do Rodoviarismo na coordenação dos Transportes.

4 — Rodovias Urbanas.

II — Rendas Rodoviárias. Meios de ampliar as atuais e de obter novas rendas diretas para as Administrações Rodoviárias.

1 — Fundo Rodoviário Nacional.

2 — Taxa Rodoviária.

3 — I.C.M. incidente sobre combustíveis e mais sobre veículos, peças e acessórios.

4 — Pedágio.

5 — Contribuição de Melhoria.

6 — Taxa sobre transporte coletivo e de carga.

7 — Taxa de utilização da faixa de domínio.

8 — Outras rendas.

9 — Letras de financiamento rodoviário.

10 — Empréstimos externos.

A "Mesa Redonda" sobre Política Rodoviária e Recursos Financeiros, realizada durante a "Semana Comemorativa do Cinquentenário do I Congresso Paulista de Estradas de Rodagem (1917-1967)" chegou às seguintes conclusões sobre os assuntos constantes do "Temário" respectivo:

I — Política Rodoviária Integrada à Política Geral dos Transportes.

I-1 — Reformulação da Política Rodoviária — Transferência de encargos e recursos para os Estados e municípios.

1ª CONCLUSÃO

Considerando que os Departamentos e Comissões de Estradas de Rodagem Estaduais e a Diretoria de Vias e Transportes do Ministério do Exército estão convenientemente aparelhados para assumir os encargos da construção e da manutenção das estradas de rodagem federais nos respectivos territórios e nas áreas de interesse militar;

Considerando que nas diversas reuniões das Administrações Rodoviárias (R.A.R.), realizadas na forma prevista pela Lei nº 8.463, de 27 de dezembro de 1945 (Lei Joppert), o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, os órgãos rodoviários estaduais e a D.V.T. já aprovaram e puseram em execução medidas tendentes à delegação de poderes para a construção de obras de responsabilidade federal;

Considerando que é de imperiosa necessidade diminuir as despesas de administração, hoje vultosas com a duplicidade de organismos com as mesmas finalidades, nas esferas federal e estadual;

Considerando, finalmente, que, de modo geral, a construção de estradas de rodagem se processa em re-

gime de empreitada, resumindo-se as atividades dos órgãos rodoviários ao projeto, em alguns casos, à abertura e julgamento de concorrências e à fiscalização de obras;

A Mesa Redonda às autoridades competentes:

O estudo urgente da transferência de encargos de recursos adequados para os departamentos, comissões estaduais de estradas de rodagem e diretoria de vias e transportes, para a construção e também para a manutenção das rodovias federais nos respectivos territórios e nas áreas de interesse militar.

2ª CONCLUSÃO

Considerando que a Lei nº 302, de 13 de julho de 1948 e o Decreto-lei nº 8.463, de 27 de dezembro de 1945 (Lei Joppert), fixavam convenientemente as obrigações e o critério, destinados à distribuição do Fundo Rodoviário Nacional;

A Mesa recomenda às autoridades competentes a reconstituição dos organismos Rodoviários nos moldes previstos no Decreto-lei nº 8.463, de 27 de dezembro de 1945, tendo em vista a deteriorização da autonomia desses organismos, ao longo dos anos transcorridos, com evidente prejuízo para a eficiência e o restabelecimento dos seus planos de Trabalho.

I — 3 — Participação do Rodoviarismo na Coordenação dos Transportes

Considerando a conveniência de serem realizados planos coordenados e integrados dos diversos sistemas de transportes;

Considerando a evolução, já demonstrada, pela política, organização e tecnologia do sistema rodoviário em nosso País;

Considerando a crescente necessidade de transporte no País, que impõe ainda maior desenvolvimento do sistema rodoviário brasileiro;

A Mesa recomenda às autoridades competentes que os estudos e planejamentos integrados dos diversos sistemas de transporte não obstem o desenvolvimento rodoviário e, ainda, como consequência, permitam e incentivem o desenvolvimento da Rede Rodoviária Brasileira.

I — 4 — Rodovias Urbanas

Considerando que nas proximidades dos centros urbanos, onde se observam os mais altos volumes de trânsito, a capacidade das rodovias é drasticamente reduzida pelas peculiaridades da circulação urbana, tornando cada vez mais frequentes os problemas de congestionamentos e de segurança que, com o tempo, se agravarão em extensão e profundidade;

Considerando, mais, que não é justo o município arcar sozinho com os onus desses problemas, assumindo o encargo da execução dos trechos mais difíceis e custosos da rede rodoviária;

A Mesa recomenda às autoridades competentes

a) Que a malha rodoviária se complete nas aproximações e travessias urbanas e que esses trechos em área urbana ou urbanizável passem a constituir um sistema próprio das suas peculiaridades e o entrelaçamento de interesses que envolvem o sistema Rodoviário urbano.

b) Que os Departamentos se organizem para cooperarem com a Municipalidades na abordagem e solução dos problemas viários, de forma a harmonizar a estrutura viária das cidades com as vias dos sistemas rodoviários urbanos.

c) Que seja encarecida a participação efetiva dos poderes federal e estadual no custeio dos empreendimentos rodoviários nas áreas urbanas cujo interesse transcende ao restrito âmbito municipal.

II — Rendas Rodoviárias — Meios de ampliar as atuais e de obter novas rendas diretas para as administrações Rodoviárias

II — 1 — Fundo Rodoviário Nacional

Considerando a relevante importância da obtenção de maiores recursos para a execução dos planos rodoviários;

Considerando o interesse que o IPR e a ARB têm no mais amplo debate dessa matéria;

Considerando ainda a necessidade de reunir o maior número possível de interessados de todas as regiões do País para o estudo dessa questão;

Considerando finalmente, a amplitude do assunto e a exiguidade de tempo disponível nesta Mesa Redonda para o conveniente exame da matéria;

A Mesa recomenda ao Instituto de Pesquisas Rodoviárias e à Associação Rodoviária do Brasil:

a) a realização concomitantemente com o IV Simpósio sobre Pesquisa Rodoviária, de uma reunião de Amolita Nacional com maior participação de entidades, autoridades e técnicos interessados na arrecadação e distribuição do Fundo Rodoviário Nacional incluindo-se, ainda, outros temas considerados convenientes para a obtenção de maiores recursos para atender ao desenvolvimento do planejamento, projeto, construção, conservação e utilização das estradas de rodagem.

b) Que no temário a ser organizado para essa reunião seja incluída a previsão de recursos para a conservação das rodovias federais, caso passem esses encargos para a jurisdição dos Estados, definindo-se claramente a responsabilidade de provisão de tais recursos.

II — 2 — Taxa Rodoviária

Considerando a necessidade de ampliar os recursos dos órgãos rodoviários para atender às despesas sempre crescente com a manutenção das estradas de rodagem;

A Mesa recomenda aos órgãos rodoviários dos Estados e Municípios:

Que promovam a criação de taxa rodoviária destinada a custear os serviços e obras de conservação de estradas.

II — 3 — I.C.M. Incidentes sobre combustíveis e mais sobre veículos, peças e acessórios.

1ª CONCLUSÃO

Considerando que as cotas do Fundo Rodoviário Nacional representam substancial porcentagem nos recursos atribuídos aos órgãos rodoviários;

Considerando que a alteração do critério de distribuição determinada pela vigente Constituição do Brasil implicou em redução considerável nos recursos destinados aos Estados e Municípios;

Considerando que o próprio Governo Federal reconheceu essa circunstância, ao prever a incidência do I.C.M. sobre os derivados do petróleo, até então sujeitos apenas ao Imposto Único;

Considerando que essa incidência chegou a ser regulamentada pelo Decreto-lei nº 208, de 27 de fevereiro de 1967;

Considerando que, muito embora o rateio do F.R.N. já esteja se processando de acordo com a nova legislação sobre o assunto, a natural compensação atribuída aos Estados pela incidência dos I.C.M. ainda não se verificou;

A Mesa recomenda às autoridades competentes o imediato aparelhamento dos órgãos necessários para que essa arrecadação se efetive a part-

de 1 de janeiro de 1968, nos termos do Decreto-lei nº 208, de 27 de fevereiro de 1967.

2ª CONCLUSÃO

Considerando que o D.E.R.s estaduais precisam contar com fontes de recursos efetivos e definidos, para poderem programar suas atividades;

Considerando que, como decorrência da alteração do critério de distribuição do Imposto Único sobre combustíveis e lubrificantes, a contribuição obrigatória dos Estados se reduzirá em percentagem e valor;

Considerando que a cobrança do I.C.M. sobre combustíveis e lubrificantes compensará apenas a redução das cotas do F.R.N.;

A Mesa recomenda às autoridades competentes

Que se estabeleça como medida de âmbito nacional, a obrigatoriedade de maior contribuição específica e definida nos Estados aos respectivos órgãos rodoviários, para aplicação na construção, pavimentação e conservação de Estradas de Rodagem.

II — 4 — Pedágio

Considerando a necessidade de obtenção de recursos que permitam amortizar, no todo ou em parte, os grandes investimentos rodoviários.

A Mesa recomenda aos órgãos Rodoviários:

Que estudem a aplicação da taxa de pedágio, com valores reais e reajustáveis, nas estradas fechadas, de tipo especial, e nas obras de arte de custo elevado a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos e na Europa.

II — 5 — Contribuição de Melhoria
Considerando que o tributo sob o título "Contribuição de Melhoria", constante da Lei, é de difícil aplicação, não tendo sido por isso, efetivada até a presente data:

A Mesa recomenda aos Podêres Competentes:

Que estudem e regulamentem, no menor prazo possível, o tributo "contribuição de Melhoria".

II — 6 — Taxa Sobre Transporte Coletivo e Carga

Considerando que o Governo Federal baixou Decreto-lei dispondo sobre a cobrança de Imposto sobre Transportes Rodoviários de passageiros;

Considerando que até hoje a lei em questão não foi regulamentada:

A Mesa recomenda às autoridades competentes:

A imediata regulamentação do Decreto-lei nº 284, de 28 de fevereiro de 1967, fazendo sentir que a arrecadação seja destinada aos órgãos rodoviários federais, estaduais e municipais.

II — 7 — Taxa sobre utilização da faixa de domínio

II — 8 — Outras rendas

II — 9 — Letras de Financiamento Rodoviário

II — 10 — Empréstimos Externos

Considerando a conveniência de reunir o maior número de interessados de todas as regiões do País para o estudo e exame da matéria relativa a esses itens:

A Mesa recomenda:

Que no temário da reunião a ser realizada sob os auspícios da Associação Rodoviária do Brasil e Instituto de Pesquisas Rodoviárias, concomitantemente com o IV Simpósio sobre pesquisas Rodoviárias, previsto para a 2ª quinzena de julho do próximo ano, sejam incluídos os itens: Taxa sobre utilização da faixa de domínio; Letras de Financiamento Rodoviário; Empréstimos Externos; e outras rendas.

Ao Memorial nº 1, de 1968, dos Sindicatos de Trabalhadores da Baixada Santista, solicitando ao Senado Federal, medidas que estabeleçam a descompressão do Chamado "Arrocho Salarial", o Sr. Relator Senador Milton Trindade opinou pelo seu arquivamento. O parecer em questão é também aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião. Para constar, eu, Cláudio Idelbuerque C. Lela Neto, Secretário, lavrei a presente Ata, que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão Mista incumbida de examinar a legislação cafeeira e a estrutura do Instituto Brasileiro do Café, e elaborar Projeto de Lei que atualize e consolide aquela legislação e que reestruture essa autarquia.

5ª REUNIÃO REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 1968

As dezesseis horas do dia oito de maio de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Carvalho Pinto, Presidente, Atílio Fontana, Lino de Mattos, Argemiro de Figueiredo e os Srs. Deputados José Riche, Relator, Renato Celidônio, Batista Miranda e Ferraz Igreja, reúne-se a Comissão Mista incumbida de examinar a legislação cafeeira e a estrutura do Instituto Brasileiro do Café, e elaborar projeto de lei que atualize e consolide aquela legislação e que reestruture essa autarquia.

Deixam de comparecer os Srs. Senadores Ney Braga, Raul Giuberti e Antonio Balbino e os Srs. Deputados Antonio Ueno e Raymundo Andrade. Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente informa aos Srs. Membros que o objetivo da reunião é para se tratar de problemas administrativos e discussão do andamento dos trabalhos do órgão.

Em seguida, concede a palavra ao Sr. Deputado José Riche, Relator da Matéria.

Com a palavra, o Sr. Deputado José Riche expõe aos Srs. Membros da Comissão, os seguintes itens para discussão: a) uma contribuição de 50 mil cruzeiros novos, subvencionada pelo IBC, para os gastos da Comissão; b) uma remuneração de 50 cruzeiros novos por sessão, no máximo de 4 sessões diárias, para os seguintes técnicos, não efetivos na Assessoria: Dr. Walter Lazarini, Coronel Paula Soares, Dr. Hélio Raria, Dr. Lefio Carvalho, Dr. José Joaquim Sampaio, Dr. Pedro Sgarbosa, Dr. Jair Lezolt, Dr. Juvenal Dória, Dr. Hélio Viana e Dr. Arnaldo Setti; e a prorrogação do prazo por mais 45 dias para apresentação do anteprojeto.

Em discussão e votação, são as propostas do Sr. Relator aprovadas por unanimidade.

A seguir, a fim de discutir o andamento dos trabalhos da Comissão usando da palavra os seguintes Senhores Congressistas:

Deputado Batista Miranda — Propõe que, a Comissão faça uma visita à área principal do Leste de Minas Gerais, para se verificar o problema da erradicação do café naquela região.

Deputado Renato Celidônio — Solicita que a Comissão reclame das autoridades um reajuste de preços, para que a cafeicultura não sofra a descapitalização esperada.

Senador Carvalho Pinto — Lembra a Comissão da sua finalidade, para que esta não seja instrumento de reivindicações, que apesar de legítimas, se desviaria de suas finalidades. Porém,

para não deixar de atender a justos reclamos da cafeicultura, propõe uma moção subscrita pelos Srs. Membros da Comissão ao Sr. Ministro da Fazenda e ao Sr. Presidente do IEC.

Senadores Lino de Mattos e Argemiro de Figueiredo — Ratificam a necessidade do envio da moção, e que a mesma seja subscrita em nome de toda a Comissão.

Deputado José Riche — Faz um relato, chegando a conclusão de que a cafeicultura teve uma descapitalização em torno de 24,6%. Retire-se, ainda, a uma carta recebida do Senhor Olavo Ferraz, informando que esse agricultor vai destruir 650 pés de café que possui em São Paulo.

Deputado Ferraz Igreja — Menciona declarações do Sr. Ministro da Fazenda, em que aquela autoridade teria informado que o preço fixado no ano passado era um preço justo, e que daria os fins necessários a lavoura para que esta não sofresse crise.

Deputado Renato Celidônio — Expõe pontos de vista da Comissão, quanto ao esquema cafeeiro divulgado pelo Governo para a safra de 1968-1969.

Finalmente, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, lembrando aos Srs. Membros que o Sr. Relator se reuniria com a Assessoria Técnica, dia 10, sexta-feira, às 9 horas.

Nada mais havendo a tratar, são encerrados os trabalhos da reunião, lavrando eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Auxiliar Legislativo PL 9 Secretário da Comissão, a presente ata, que, uma vez lida, aprovada e assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

ANEXO DA 5ª REUNIÃO. REALIZADA AS 16 HORAS DO DIA 8 DE MAIO DE 1968

Presidente: Senador Carvalho Pinto.
Vice-Presidente: Senador Ney Braga.
Relator: Deputado José Riche.

PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO

ÍTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO O SR. PRESIDENTE (Senador Carvalho Pinto) — Está aberta a sessão.

O objetivo da presente reunião é para tratarmos de problemas administrativos da Comissão, bem como discutirmos o andamento dos trabalhos do órgão.

Em primeiro lugar, vou submeter à consideração dos Srs. Membros, as gratificações mensais a serem pagas aos funcionários do IBC que estão prestando serviço em tempo integral à nossa Assessoria, no Palácio Trindades. Para o Sr. Alceu Martins Parreira, NCr\$ 1.500,00, a partir de 15-4-68; para o Sr. Alcedo Cimafoote, NCr\$ 750,00, a partir de 30-3-68; para a Sra. Arsenia Lima Pereira, NCr\$ 400,00, a partir de 15-4-68; e para o Sr. Alair Passos Furtado, NCr\$ 250,00, a partir de 29-4-68.

O SR. ARGEMIRO FIGUEIREDO — Todos aqui presente estão de acordo com o Sr. Presidente, assim como lhe conceder plenos poderes para resolver todos os problemas administrativos ou não da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carvalho Pinto) — Agradeço aos Senhores Membros da Comissão a confiança depositada na minha pessoa. Tem a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICHA (Relator) — ... lá do gabinete recebi informação de que não havia problema com relação ao IBC, que 50 milhões de cruzeiros ficariam à disposição da Comissão. Prefiro esta forma, pois, como iremos receber o dinheiro, é questão da Presidência, é

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 1968.

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às quinze horas e trinta minutos, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Petrólio Portela — Presidente, presentes os Srs. Senadores Mello Braga, Arthur Virgílio, Josaphat Marinho e José Leite, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Legislação Social.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Domicio Gondim e Atílio Fontana.

Ao constatar a existência de número regimental o Sr. Presidente abre os trabalhos e o Secretário lê a Ata da reunião anterior, que é aprovada sem discussão.

As emendas apresentadas ao Projeto de Lei da Câmara, nº 35, de 1968, que "modifica a redação de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências", o Sr. Senador José Leite oferece o seguinte parecer: "Pela aprovação das de nºs. 2, 3 e 8 (na forma da Subemenda de nº 1-CCJ à Emenda nº 8), 9, 11 e 13 (na forma da Subemenda de nº 2-CCJ à Emenda nº 13, bem como pela rejeição das de números 1 — 4 — 5 — 6 — 7 — 10 — 12 — 14 — 16 — 17 e 18, sendo considerada prejudicada a de número 15, pela aceitação da de nº 3.

A Comissão aprova integralmente o parecer do Sr. Relator.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião. Para constar, eu, Cláudio I. C. Lela Neto, Secretário, lavrei a presente ata, que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 7ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 1968.

Aos sete dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às nove horas e trinta minutos, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Sr. Senador Petrólio Portela — Presidente, presentes os Senhores Senadores Milton Trindade, José Leite, Mello Braga e Atílio Fontana, reúne-se a Comissão de Legislação Social.

Deixam de comparecer por motivo justificado os Srs. Senadores Domicio Gondim, Júlio Leite, Arthur Virgílio e Josaphat Marinho.

Ao constatar a existência de número regimental, o Sr. Presidente abre os trabalhos e o Secretário lê a Ata da reunião anterior, que é aprovada sem discussão.

Ao Projeto de Lei da Câmara número 11, de 1968 (nº 3.314-E-57, na Câmara), que "regulamenta a profissão de empregados de edifícios e dá outras providências", o Senhor Senador Atílio Fontana oferece parecer pela sua rejeição. O parecer do Sr. Relator é aprovado.

Em seguida, o Sr. Senador Arthur Virgílio emite parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado número 73, de 1967, que "dispõe sobre a contagem do tempo de serviço ativo, prestado às Forças Armadas, para fins de aposentadoria". O parecer é aprovado sem discussão.

da Comissão. Mas se o IBC for pagando determinadas importâncias, vamos ficar na dependência. Se amanhã o Instituto não quiser pagar, não virá mais ninguém.

O SR. SENADOR ARCEMIRO DE FIGUEIREDO — (inaudível)

... deixando ao IBC a autoridade de selecionar por si os elementos que a Comissão tiver necessidade. É situação de dependência desagradável. Parece-me, já o fato de o IBC abrir suas portas e oferecer seus técnicos, seus assessores para servir à Comissão, é grande coisa. Contudo, penso é bom interdependência entre os dois órgãos — a Comissão e o Instituto —, no sentido de, se houver discordância da planificação do IBC em relação à composição dos membros da Comissão, então está imediatamente efetivada.

Acho que a situação é realmente essa que os Srs. estão vendo, e se trazemos estes problemas à Comissão é para procurar solucioná-los.

O SR. DEPUTADO SENADOR CELIDONIO (inaudível)

O SR. SENADOR LINO DE MATOS — Nobre Senadores, todos nós sabemos que o Senador Gilberto Marinho tula com dificuldades com as verbas específicas para pagamento de servidores, em reuniões de trabalhos extraordinários. Por exemplo, os funcionários de nossos Gabinetes foram obrigados a estabelecer um escalonamento, para esses serviços, porque não podem ser pagos todos eles. Com esse escalonamento uns recebem e outro não. Revezando-se naturalmente. E a alegação apresentada é a de que não há verba, alegação esta que naturalmente procede, devido a falta de recursos para esses pagamentos.

Nesses casos, então, o IBC entra com o pro labore ou então, adotamos a fórmula do Deputado José Richa, mantendo a nossa independência, e aceitamos a colaboração do Instituto Brasileiro do Café em um montante tal que o Presidente terá a liberdade de autorizar. Mas se isto não for feito então haverá necessidade de a Mesa do Senado entrar em entendimento com a Mesa da Câmara dos Deputados no sentido de dividir as despesas porque elas não podem correr exclusivamente por conta do Senado, de vez que as comissões são mistas com a participação, por conseguinte, de Senadores e Deputados. Por isso, fica aqui registrada esta observação que fazemos, para conhecimento até dos próprios funcionários daqui do Senado, porque a eles deve causar estranheza o fato de que nós, que estamos prestando serviço, em sessões extraordinárias, de manhã e à noite, não temos direito de receber extraordinárias. Agora como se explica que elementos estranhos ao Senado, prestando serviço, é verdade — e isto é compreendemos, mas é preciso fazer com que todos eles compreendam tenham preferência em receber remunerações, e algumas delas até muito elevadas, de setecentos e cinquenta cruzeiros, de quatrocentos e cinquenta, quatrocentos cruzeiros novos, etc.? Eu não estou fazendo nenhuma censura, estou mesmo de acordo com meu voto é favorável, mas apenas faço estas observações porque os funcionários, deveríamos explicar, a cada um deles, que o montante e porque eles são técnicos, que os convidados são especializados no assunto, etc. E mesmo com relação aos funcionários normais existem diferenças. Um é datilógrafo e trabalha de manhã à tarde e, quando necessário, à noite e está lá sempre que for necessária a sua presença. Mas aí fica a observação e está registrado também o que foi declarado pelo Deputado Renato Celidônio, que já nos informou de que há precedentes no IBC, que colaborou no CPI.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICHÁ — (Relator) — O IBC colabora inclusive na realização de exposições agrícolas e industriais. Muito mais normal seria a colaboração a uma Comissão do Congresso sobre o café. Quero declarar que me antecipei um pouco para saber se poderíamos encontrar recursos extra-Congresso porque sei das dificuldades com relação ao Senado e sei que esses problemas são os mesmos com relação à Câmara. Além da verba muito limitada que temos para esses trabalhos especiais, ainda acresce outro fator: fazendo um orçamento, a grosso modo, do que iremos gastar, até o fim de nossos trabalhos, tenho a impressão de que chegarão as despesas em torno de cem milhões de cruzeiros. O Senado e a Câmara não estão acostumados — esta é a primeira Comissão Mista e Especial que se faz neste Congresso. Estamos acostumados com os trabalhos de CPI, mas esses não servem para para questões financeiras, para se estabelecer sequer uma comparação com a nossa porque, na CPI, não se precisa de Assessores Técnicos e então não se gasta nada em assessoria.

Quando se faz uma CPI é para apurar irregularidades com o Executivo, são homens do Executivo que são convidados a prestar depoimento, o que é normal, e o próprio órgão ao qual pertence o depoente é que custeia todas as despesas de transporte, o que não é o caso de nossa Comissão, em que qualquer tipo de colaboração ou depoimento que tenhamos necessidade de ouvir teremos que custear despesas do depoente. É uma Comissão que vai rever, examinar e concluir por um projeto que reformule a política cafeeira do Brasil.

Creio que os trabalhos desta Comissão são de tal dimensão que é normal que se gaste muito dinheiro. Ora, não há verba específica para isso, nem no Senado e nem na Câmara e muito menos, para uma Comissão Mista do Congresso Nacional, de um modo geral, que é a primeira que se realiza.

Por isso tudo, acentuamos, estamos vendo com que dificuldade estamos lidando para que a Contabilidade da Câmara e do Senado nos adiantem algum dinheiro de que temos precisado até agora.

Assim sendo, parece-me que, havendo essa possibilidade de contribuição por parte do IBC — que contribui normalmente para exposições, etc., a aceitamos. Ainda há poucos dias, houve uma comissão feita até a revelia do IBC, ocasião até houve requisição — não sei de quem partiu e, portanto, não vou citar nome, não vou entrar em maiores pormenores — o que sei é que houve requisição que foi cedida do Fundo de Defesa do Café para realizar a tal comissão de inquérito com relação ao IBC e até extra-IBC.

O SR. SENADOR LINO DE MATOS — Mas sem nenhuma ligação conosco.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICHÁ — Exato.

Assim sendo eu acho mais do que normal a Comissão do Congresso Nacional, que também é Governo que vai estudar, analisar, prever e atualizar a política do Café, que tenhamos uma contribuição do Fundo de Defesa do Café.

O SR. SENADOR LINO DE MATOS — A nossa pretensão é absolutamente legítima.

Creio que está o problema resolvido e V. Exa., Sr. Presidente, tem plenos poderes para aceitar colaboração do IBC e contratar os técnicos necessários, com vencimentos men-

saís, conforme já resolvido, e até o pagamento de "jeton" quando do comparecimento a esta Comissão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICHÁ — (Relator) — Sabemos que estamos trabalhando. Os permanentes estão percebendo, os eventuais que tem trabalhado igualmente e, na sexta-feira, todos esses irão levar um levantamento completo. São aqueles roteiros estabelecidos pela Comissão. Pedimos que cada um desses que estão trabalhando no IBC, e que são Diretores dos diversos departamentos do IBC, fizessem levantamento de todo aquele roteiro. E, então, cada um observando o seu setor especializado deverá levar na sexta-feira o roteiro solicitado.

Eles estão, realmente, prestando um serviço inestimável à nossa comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carvalho Pinto) — Parece que esta matéria está resolvida.

O SR. DEPUTADO BATISTA MIRANDA — Eles têm obrigação de arcar com essas despesas. Nós aqui estamos prestando um serviço ao café. Então, como ajuda, como colaboração, deveríamos requerer, pois acho que temos direito.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Carvalho Pinto) — A Comissão deverá tomar providências junto ao IBC para obter a colaboração substancial para nossos trabalhos, em condições que não importem numa dependência relativamente a essas disponibilidades. Tão logo tenhamos o esquema a respeito eu o trarei aqui, para conhecimento da Comissão e autorização final.

Registro essa deliberação relativamente a esses novos técnicos e pelo que me parece, será aprovada e autorizada a remuneração mediante jeton de 50 cruzeiros por sessão a que comparecerem, até o máximo de 4 sessões por dia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICHÁ — (Relator) — Temos também o problema do tempo.

A Comissão instalou-se no dia 6 de março. Portanto temos 120 dias, prazo que expirará no dia 4 de julho. O prazo do Relator é de 60 dias, dados pela Comissão. Termina no dia 14 de maio, portanto na próxima semana. E não é possível concluir o parecer nesse prazo. Sob esse aspecto o Relator deve merecer compreensão. Quero, inclusive para ressaltar a justiça do que vou pleitear, que é uma dilatação do meu prazo, dizer que dos ofícios expedidos pela Presidência para todos os setores da cafeicultura solicitando subsídios, somente agora é que estamos começando a receber resposta. Já se escoaram 60 dias e agora é que estamos recebendo as respostas, muitas delas, aliás, limitando-se a acusar o recebimento do expediente da nossa Comissão e a dizer que confiam plenamente na Comissão não têm nada a apresentar no momento, talvez, quem sabe, terão algum elemento depois da apresentação do projeto.

Imaginem agora, V. Exa., dada a profundidade desse trabalho, aqueles levantamentos estabelecidos pelo roteiro ainda não estão prontos. Só sexta-feira deverão ser entregues. Já se escoaram 60 dias sem que pudéssemos ter, até agora, o levantamento. Proponho uma dilatação do prazo para o projeto. Queria combinar com V. Exa. uma maneira diferente. Quem sabe ficando apenas a parte do relatório com este prazo. Seria, também, conveniente que os demais Membros da Comissão acompanhassem a elaboração do anteprojeto. Poderia ser uma solução.

O SR. DEPUTADO BATISTA MIRANDA — Com um anteprojeto, a Comissão exaure o prazo. Este devia ser máximo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICHÁ — (Relator) — Só com a elaboração desse anteprojeto, vamos exaurir o prazo.

O SR. DEPUTADO BATISTA MIRANDA — Devemos evitar uma terceira prorrogação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICHÁ — (Relator) — Quero lembrar, ainda, que o prazo de 120 dias, todos sabemos de antemão, seria muito menor do que o razoável para um trabalho bom. Porque, com relação à Lei nº 779, que criou o I.B.C. em 1962, veio o anteprojeto do Governo e, assim mesmo, o Congresso, em um ano e meio, discutia e votava.

Eu não me refiro ao regime de urgência, mas ao simples fato de, em primeira discussão, ter passado pela Câmara, ter sido votado no dia 24 de dezembro de 1961, e ter sido exigido o regime de urgência. Assim mesmo, indo à Câmara, ao Senado e voltando à Câmara, levou um ano e meio a discussão, já havendo como base o anteprojeto!

Ora, se nós nos propussemos a elaborar um anteprojeto, para depois de a Comissão aperfeiçoá-lo, seria ganhar tempo.

Isso, em quatro meses, seria humanamente impossível. Acho que deveríamos, desde logo, dedir dilatação do prazo para a Comissão e eu também solicitaria desde já uma dilatação de prazo para o Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Carvalho Pinto) — Tem Vossa Excelência uma idéia precisa do prazo necessário para a conclusão do anteprojeto?

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICHÁ — (Relator) — Pediríamos para a elaboração do anteprojeto de 45 a 60 dias. Acho que, prorrogando o prazo por 45 dias, cairíamos no recesso e, durante o recesso, eu liquidaria o anteprojeto. A partir, então, do agosto, quando voltaria o Congresso a se reunir, já teríamos condições de começar o trabalho sem perda de tempo, porque os senhores terão, durante o recesso, tempo suficiente para estudá-lo.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Carvalho Pinto) — Temos em vista, portanto, a necessidade premente de prorrogação do prazo do Relator que se exaure em uma semana. Depois nós teríamos, após o recesso a oportunidade, de acordo com sugestão do Relator, de pedir o prazo conveniente para a conclusão dos nossos trabalhos.

O SR. DEPUTADO RENATO CELIDONIO — (inaudível)

O SR. PRESIDENTE — (Senador Carvalho Pinto) — Poderíamos, desde já, prorrogar o prazo para o Relator pelo maior espaço de tempo possível nos termos regimentais. O prazo fica então prorrogado por 45 dias.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICHÁ — (Relator) — Eu apenas desejaria dizer em que pé estão os nossos trabalhos. É possível que já na sexta-feira estejamos de posse das informações constantes do roteiro dos trabalhos da Comissão. Já temos em mãos o trabalho que solicitamos do Sr. Alceu Martins Pereira, Assessor Permanente da Comissão e que nos dá uma idéia do panorama da crise cafeeira pela qual atravessamos. Sua Sra. Sra. tomou a liberdade de compilar trabalhos publicados anteriormente e um seu próprio, produzido a partir de quando se fez membro da nossa assessoria. Elaborou, com es-

ses dados, uma síntese do problema, abrangendo inclusive o plano internacional e os problemas da importação e exportação desde 1900 até hoje, para conhecimento do Relator.

Então, de posse desse trabalho, tomei a liberdade de fazer uma cópia para cada um dos Srs. Membros da Comissão, que mais tarde poderão lê-lo.

De minha parte, era a informação que queria trazer.

A não ser o problema levantado pelo nobre Deputado Renato Celidônio, com relação ao pronunciamento que deva fazer acerca do esquema cafeeiro, temos a impressão de que seríamos atendidos lá fora se nos omitíssemos de opinar. Devemos discutir-lho. Da conveniência ou não do pronunciamento nosso, ficaria a critério dos Membros da Comissão.

O SR. DEPUTADO BATISTA MIRANDA — Sr. Presidente, sou Deputado por Minas Gerais. Sei que a Comissão já recebeu convite da Assembleia Legislativa daquele Estado para manter contato com nosso Poder Legislativo, que também tem uma Comissão de Assistência à Cafeicultura.

A área leste de Minas responde por 70% da produção cafeeira do Estado e foi objeto de devastadora erradicação, realizada em duas etapas, sendo que, só nessa área, chegamos a 200 milhões de pés de café.

Esta área através de suas entidades, já se dirigiu também à Comissão pedindo que esta marcasse uma data para que a visitassem os Membros da Comissão. Reunidos num município ou outros municípios próximos, ali nos concentraríamos, e, além de dar algum subsídio à Comissão, e também postulariam as suas reivindicações.

Quero, pois, merecer da Comissão a atenção de decidir a respeito já que a Comissão compareceu, e com muita oportunidade, ao encontro do Congresso de Cafeicultura, realizado no Estado do Paraná. E mais ainda indago do nobre Deputado José Richa se S. Exa. tem possibilidade de comparecer conosco ao Congresso de Minas, no dia 21 de maio próximo, à noite ou dia 22 pela manhã, porque assim nos encontraríamos com os demais elementos da Comissão, na cidade de Belo Horizonte. E lá feríamos então um encontro com a Comissão de Cafeicultores, na Assembleia Legislativa.

Esse é o pedido que formulo, no sentido de o colocar em exame e ao debate do plenário.

O SR. DEPUTADO BAPTISTA MIRANDA — Seria conveniente, então, desde logo a comissão fazer uma visita a Belo Horizonte ou a Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICHÁ (Relator) — Tenho a impressão, nobre Deputado, de que o convite de vossa senhoria e a Comissão deveria não poder partir de ir a Minas Gerais, porque Minas tem uma tradição咖啡ira que não se pode deixar de reconhecer e a Comissão terá que ir a Minas Gerais. Apenas penso que oficialmente talvez fosse mais conveniente após o anteprojeto, porque aí então teríamos algo de concreto para discutir com eles.

O SR. DEPUTADO BAPTISTA MIRANDA — Eu disse o seguinte, nobre Sr. Relator: que um grupo da comissão iria à área principal do Leste de Minas e poder-se-ia, então, já num segunda etapa, a comissão levar o anteprojeto à Assembleia Legislativa e com eles trocar idéias.

O SR. DEPUTADO BAPTISTA MIRANDA — Devo prestar um es-

clarecimento à Comissão: existe um conjunto de cerca de 20 a 30 municípios com uma população da ordem de 230 mil pessoas sem emprego por força da erradicação levada a efeito nos últimos meses do Governo Castelo Branco.

E' enorme o problema social desta imensa massa humana de desempregados. Sou Deputado por lá e sempre sou chamado para dar uma palavra de conforto e dizer o que pensa a Comissão do Café fazer por aquela gente.

Peco aos Srs. Senadores que ouçam nossos apelos, é indispensável que um representante desta Comissão visite aquela área. Trata-se de uma área problemática e calamitosa. Eu não me sentiria bem e não estaria cumprindo meu dever, para com meu Estado e meu País se esta Comissão, pelo menos, não se der ao trabalho de examinar aquela área.

O SR. SENADOR LINO DE MATOS — Parece pacífica a sugestão de nosso colega, de que esta Comissão deve, realmente, atender a sua sugestão.

O problema foi muito bem focalizado pelo Sr. Relator, Deputado José Richa. Entende S. Exa. que este comparecimento deve significar um instante em que o Relator e Membros da Comissão possam ter um trabalho positivo e discutir com interessados.

Esse anteprojeto, nesse particular, tem o seu artigo 1º, que está bom, o artigo 2º precisa ser examinado, e assim por diante. A viagem será aproveitada indiretamente.

Creio que o Deputado estará de acordo com essa solução.

Penso que tudo ficará aprovado, estamos todos de acordo, agora, condicionados, apenas, a essa particularidade.

O SR. DEPUTADO BAPTISTA MIRANDA — Concordaria com o Sr. Senador em gênero, mas não concordaria em caso.

O problema, lá, é sobretudo social. Temos conhecimento de que o ... GERCA continua a distribuir os recursos que se destinam à recuperação de áreas exauridas pela cafeicultura e, ao que sei, essas áreas nada receberam do IBC.

Então, não adianta nós chegarmos lá, nessa região, daqui a 4 ou 6 meses, com o projeto de lei, para indagar dos radicados na região do santão, da importância de tal ou qual artigo da lei, quando o problema social, do momento, é muito mais grave do que o texto de uma lei que vai ser votada e cujo efeito será tardio.

Dessa forma proporia o seguinte: que a Comissão, depois, através de alguns dos seus elementos, sentisse o problema e, através desse plenário manifestasse, também ao GERCA a necessidade urgente de dar aquela proteção àquela região.

O SR. SENADOR LINO DE MATOS — Eu estou admitindo, e creio que é pacífico, que no Projeto o problema já fica focalizado por um dos seus artigos. E' a solução que tem que ser dada também àquelas áreas, onde surge o problema social.

Inaudível

O SR. DEPUTADO FERRAZ EGREJA — Agora é muito difícil achar solução. Acho até insolúvel, porque, como o GERCA vai operar isto? Para os cafeicultores é um bom negócio, vender café e plantar capim. O problema é do trabalhador; esse é que é um problema sério, grave, tanto no Espírito Santo, quanto na Zona da Mata, em Minas Gerais.

Mas, a erradicação foi muito maior na Zona da Mata e no Espírito Santo. No Paraná há terras planas, aradas, trabalhadas e substituídas por outras culturas, mas, no Espírito Santo e na Zona da Mata, são zonas montanhosas e não tem solução, a não sei capim. E' esse capim já foi plantado e transformando em pasto. Então, vamos dar dinheiro a um cafeicultor que já fez um bom negócio. E' um problema difícil.

O SR. DEPUTADO BAPTISTA MIRANDA — E' uma região acidentada. Também caracterizada de minifúndio, onde não se pode introduzir a pecuária.

Tenho conhecimento de que, só em estradas de ferro, Minas e Espírito Santo já aplicaram, em 1967, importância equivalente a 20 milhões de cruzeiros, mas tenho conhecimento de que, nessa área, não se aplica um centavo sequer em eletrificação rural que seria um elemento para fixar o trabalhador rural.

Ha uma má distribuição de recursos e a região não pode esperar uma melhor distribuição de recursos com base num projeto que, segundo o nobre Deputado José Richa, não será convertido em lei pelo menos antes de um ano.

O SR. DEPUTADO BATISTA MIRANDA — (Inaudível)

O SR. SENADOR ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — O eminente Deputado, ao que me parece, está desajando duas coisas: a primeira — comportar o povo, demonstrado que a Bancada mineira está interessada em eliminar o problema do café, que é realmente crítico, difícil, não só em Minas Gerais como no Espírito Santo e, talvez, até no Paraná. A erradicação do café, lá, prejudica muitos proprietários.

Então, estimaria S. Exa. que um grupo representativo desta Comissão entrasse em contacto a fim de mostrar que a nossa Comissão não está alheia aos sentimentos de reação, de prejuízo ou de pesar dessa gente do Estado mais próximos, dois ou três, presentes ao próprio povo, que está sofrendo. E poderíamos escolher representantes nesta Comissão dos Estados mais próximos dois ou três, que atenderiam à solicitação de Sua Excelência. Faria, então, S. Exa. bem com a população sofrida de seus Estados, pois é um aspecto de ordem social e até de ordem moral que Sua Excelência quis apontar.

Outro aspecto seria o de expor, perante a Assembleia de Minas, o que é o plano da Comissão, já com uma estruturação do que será a legislação do café. Então, a Comissão, através de um ou dois de seus membros, exporia objetivamente à Assembleia de Minas quais os objetivos desta Comissão na elaboração do anteprojeto de lei. Creio que atendendo os dois casos, ficaria muito bem colocada.

Sr. Presidente, se porventura, como o Deputado Ferraz Igreja disse há pouco, em dificuldades de ordem funcional e de ordem legal de ordem técnica sobre se a nossa comissão deveria ou estender à solução desse problema realmente angustiante, que precisa de solução imediata, então a Comissão, com o seu presídio de estar elaborando uma lei de estruturação do café, tomaria a seu cargo, se estiver nas suas atribuições, o que o nobre Deputado pediu a própria Comissão poderia dirigir-se ao Ministério da Indústria e Comércio, ou ao Sr. Presidente da República, encaminhando uma descrição do que viu e assistiu nas zonas sofridas e pediria a solução urgente para crise dessa natureza, que seria talvez a abertura de crédito para indenizar serviços urgentes que auxiliassem a recuperação da zona, quer

no aspecto da pecuária, quer no da agricultura, quer da extensão da energia no meio rural, enfim, um processo qualquer de ajuda às populações prejudicadas, às quais o governo iria atender por solicitação ou interferência dessa Comissão.

O SR. DEPUTADO FERRAZ EGREJA — A situação é calamitosa. Não para os proprietários mas para aqueles que, no Espírito Santo, têm a agricultura para fins de subsistência. Parece-me que o Instituto já atendeu, em parte, à situação, mandando para a região 65 bilhões de cruzeiros.

O SR. DEPUTADO RENATO CELIDÔNIO — A legislação vigente comporta perfeitamente a solução do problema que V. Exa. traz a Comissão. E' previsto no estatuto financeiro da safra cafeeira um item para utilização dos cursos do Fundo de Reserva e Defesa do Café para diversificação da agriculturas regiões produtoras. Desses item têm saído as verbas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional para aplicação em estradas de rodagem, para a própria diversificação, para o GERCA, para o próprio funcionamento do IEC, etc.

Já que V. Exa. traz o problema à Comissão, esta tem condições de fazer a sugestão ao Conselho Monetário, que é quem delibera sobre os recursos do Fundo de Reserva e Defesa do Café.

Quanto à solução do problema de Minas, Poderia ficar na dependência de uma atribuição dada a Vossa Excelência, ao nobre Relator da Comissão ou a algum outro membro que o Presidente designe para, com V. Exa., acompanhar o problema em seu Estado, e se aprovar aqui, depois, o encaminhamento ao Conselho Monetário. Independentemente de nova legislação, pode ser realizado.

O SR. DEPUTADO BATISTA MIRANDA — A necessidade as causas imediatas ou não no quadro atual da região deveriam ser constatadas por elementos que não eu, porque tenho subsídios. Melhor seria que dois ou três Colegas da Comissão visitassem a área do município, se conhecessem com os elementos da região e trouxessem subsídios para serem encaminhados às autoridades.

O SR. DEPUTADO RENATO CELIDÔNIO — Justamente o que sugeri.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICHÁ (Relator) — A penas relativas ao problema, porque, a experiência que tive com uma reunião realizada no Paraná, gostaria que não se repetisse. Apesar de ter sido destinado apenas uma Comissão que fosse ao Estado do Paraná, assim mesmo, foi uma reunião que deixou muito a desejar, exatamente em relação à irradiação da Assembleia para esses trabalhos. Independentemente, que um relatório do trabalho que foi elaborado também poderia sofrer nem mesmo como encaminhamento.

Achei perfeitamente justo esse encaminhamento e me comprometi com V. Excelência em ir acompanhando a Comissão. Acho mesmo que a Comissão deveria ir e poderíamos designar os Srs. Deputados Batista Miranda e Ferraz Igreja para representar a Comissão.

O SENHOR DEPUTADO FERRAZ EGREJA — Vou comparecer justamente se for no fim da semana, se for sábado ou domingo.

O SR. DEPUTADO BATISTA MIRANDA — Então gostaria que o Senhor Presidente me desse cobertura para percorrer 120 Municípios durante cinco ou seis dias para, em contato com os fazendeiros então promover uma reunião e marcarmos o dia em que o nobre Sr. Relator e

outros Srs. Deputados e Senadoresariam ao nosso encontro.

O SR. DEPUTADO JOSE RICHARD (Relator) — Então essa reunião será devidamente preparada pelo Senhor Deputado Baptista Miranda, uns cinco ou seis dias antes, para maior rendimento dos nossos trabalhos.

O SR. DEPUTADO BATISTA MIRANDA — E agradeço a deferência a um dos mais modestos integrantes desta comissão.

O SR. DEPUTADO JOSE RICHARD (Relator) — Não apoiado.

O SR. DEPUTADO RENATO CELIDONIO — Sr. Presidente, no início da reunião o nobre Deputado Jose Richard achou que, havendo uma Comissão Especial Mista de Senadores e Deputados em pleno trabalho para a verificação da legislação cafeeira, ao tempo em que o Governo divulga o e-quesma cafeeiro para a nova safra, com regulamento de embargo em níveis de preços que são assegurados aos cafeeiros da nova safra, seria interessante um pronunciamento da Comissão sobre esta matéria, que vem despertando, não apenas nos setores de produção e comércio de café, mas até mesmo aos Governos dos Estados cafeeiros, uma série de pronunciamentos e de protestos, principalmente quanto aos níveis de preços e que a Comissão não deveria ficar ausente deste problema.

Dentro deste pensamento, Sr. Presidente, é que eu então teria uma sugestão a fazer de maneira que, não envolvendo a Comissão diretamente com números ou com valores que pudessem trazer uma série de consequências e uma série de debates inconvenientes, nesta fase de seus trabalhos, também não permitir que ela fosse acusada de omissão.

Quanto a este problema que tanta preocupação está trazendo a todos os setores da cafeicultura, acho que uma nota da Comissão sobre estas medidas poderia trazer uma maior projeção ao próprio trabalho da Comissão e uma maior simpatia de todo esse setor ligado ao café.

Analisando isso, Sr. Presidente, acho que, em primeiro lugar, lamentando de embargo é quase uma prorrogação do que está em vigor, com pequenas alterações e sem modificar em nada na essência.

O SR. DEPUTADO FERRAZ IGREJA — A comercialização atinge até o tipo 8.

O SR. DEPUTADO RENATO CELIDONIO — Permitindo, assim, um tipo mais baixo.

O SR. DEPUTADO FERRAZ IGREJA — É bom cuidarmos bem desse aspecto para não termos que resolvê-lo em cima da hora.

O SR. DEPUTADO RENATO CELIDONIO — Acho que um pronunciamento da Comissão, quanto ao regulamento, deveria ser favorável.

Nessa parte parece que é pacífica. Quanto ao nível do preço divulgado é que tem havido uma maior divergência. No setor da produção, o protesto generalizado, porque o reajuste correspondeu a, aproximadamente, 15%, quando a expectativa era de uma base muito maior, em se tratando das menores safras dos últimos anos, que deverá ficar ao redor de 15 milhões de sacas — inferior, portanto, à nossa cota de exportação, e sem considerarmos, ainda, o consumo interno, onde não haverá despesas relacionadas com a compra de excedentes e, apenas, um aumento na receita, pelo fato de o Governo exportar mais e vender de seus estoques todo o café que vai para o consumo interno.

De modo que estes argumentos realmente têm validade, se considerarmos uma atitude, por exemplo, como a do Governador do Estado do Para-

na, que anunciou que irá abrir mão de 3% do I.C.M. da nova safra, que corresponde praticamente a 2,00 (dois cruzeiros novos) por saca, isto é, exatamente NCr\$ 1,95, ao preço de 65. Isto representa a preocupação de um Governo, que recela o desestímulo a não maior para a cafeicultura e, por isso, prefere perder a receita que desestimular a cafeicultura do Estado, todos cidadãos de Minas Gerais e que já vem sofrendo — como nos Estados — uma crise muito grande e uma redução com essas safras que temos agora.

Assim, acho que, com base nesses argumentos, a Comissão poderia apontar a necessidade de um reajuste, sem envolver um número, um valor exato, porque isto exigiria um estudo mais aprofundado. Mas julgo que a Comissão deveria reclamar das autoridades, já que nos dão prazo daqui até 1º de julho, quando esses preços vão vigorar, para que realmente haja exame, estudos mais profundos, como esse trabalho que a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo já desenvolveu, como do próprio IBC, que em departamento especializado, para que esse reajuste seja efetuado pelo Governo, em níveis que ele possa considerar razoáveis, tendo em vista a redução das safras e o baixo poder aquisitivo da cafeicultura, aliado a outros elementos.

Mas, para não ficarmos apenas na crítica, acho que, com as consequências imediatas do que foi dito, elas devem ser apontadas, também, quando possível.

O Governo, com esta promessa de um pagamento maior em 1º de julho, para a safra nova, já adotou medidas reajustando o valor em cruzeiros das cambiais obtidas com a exportação das sacas de café, permitindo maior estímulo e evitando que o I.B.C. vendesse café dele agora, o que iria depressir o mercado. Em segundo lugar, reajustando os financiamentos de acordo com os novos valores, o que sem dúvida nenhuma traz ao produtor desse café — lavradores ou comerciantes — possibilidade de estar numa comercialização inadequada nas vésperas de uma safra nova. Acho que esse lado positivo deveria ser lembrado, concluindo-se com um apelo para que o Governo reexamine o reajuste até aquela data, quando irá vigorar o preço até 1º de julho, para que a cafeicultura não sofra essa descapitalização, esse impacto com o preço baixo, sem exceção, tanto os produtores, como os comerciantes e os governos dos Estados. Parece que a Comissão poderia tomar posição neste sentido. Esta a sugestão que apresento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carvalho Pinto) — Quería fazer algumas ponderações. Inicialmente, estou de acordo quanto a esses aspectos positivos enumerados pelo Deputado Renato Celidonio. Respeito, os preços são insuficientes e poderão causar a descapitalização de consequências imprevisíveis.

Uma preliminar, porém, me preocupa. A nossa Comissão tem por finalidade estudar a estrutura da cafeicultura e a estrutura do IBC e não se preocupar com problemas contingentes que surgem a todo instante, alguns até dramáticos, que sofre a cafeicultura. Se assim procedesse, a Comissão passaria a ser essencialmente instrumento dessas reivindicações, que são legítimas mas que a desviariam das suas finalidades.

Eu proporia, então, que essa moção se fizesse, talvez, subscrita pelos Membros da Comissão que estuda o problema do café, mas não uma moção individual; uma moção nossa, de membros de uma Comissão que estuda o assunto em plano legislativo, do que propriamente em nome de uma Comissão que não tenha, a rigor, po-

dões delegados para manifestação dessas ordens.

O SR. DEPUTADO RENATO CELIDONIO — São ponderáveis os argumentos do Presidente, Senador Carvalho Pinto. A verdade é que a cafeicultura deposita nesta Comissão uma esperança muito grande, pela autoridade de que foi revestida, com representantes do Senado e da Câmara, sob a presidência de V. Exa., e está aguardando que a Câmara colabore neste sentido.

Não sei se a maneira mais adequada seria uma ou outra. Acho ponderáveis essas alegações de V. Exa. Talvez não seja mesmo conveniente a Comissão ir diretamente. Mas alguma coisa que não fosse oficial ou oficialmente, de maneira que a Agricultura tomasse conhecimento, mesmo indiretamente, creio que seria interessante, porque a esperança que há em torno desta Comissão é muito grande. O Senador deve ter sentido isso na região.

O SR. SENADOR LINO DE MATOS — Na Associação Rural Brasileira foi o problema examinado justamente no sentido de que a Comissão formule um apelo ao Governo para um reexame quanto aos valores, mas sem dizer que deva ser de 65, 80 ou 90, mesmo porque nesse particular não há absoluta concordância. Estamos vendo, por exemplo, no material que nos foi entregue, a carta de um velho plantador de café como é o Sr. Alberto Ferraz prometendo erradicar todo o seu cafezal se o preço não for pelo menos de 80 cruzeiros. Na Associação Rural Brasileira há os que admitem que, com menos de 90 cruzeiros, não adianta continuar.

Assim, nós formularíamos apenas um apelo para que o Governo reexamine o assunto, partindo da afirmação de que a 65 cruzeiros não é possível.

O SR. DEPUTADO RENATO CELIDONIO — Se a Comissão adotar um pronunciamento oequilibrado, de certa forma ela assume a posição de evitar que se caia nessa infelizmente tradicional balbúrcia de vésperas de decisões como essa do Governo. No fim, virá leilão e o Governo não tem condições de atendimento em termos de resultados positivos porque não houve alguém que orientasse uma reivindicação mais equilibrada.

O SR. SENADOR LINO DE MATOS — Quanto à observação do Presidente, Senador Carvalho Pinto, de que a Comissão não deve aparecer oficialmente, a mim me parece o risco seguinte: se nós vamos encaminhar um telegrama ou ofício não assinado pela unanimidade da Comissão, pode parecer ter havido discrepância entre os membros da Comissão quanto à orientação firmada. Daí eu achar que a orientação deveria ser comunicada oficialmente como deliberação de uma Comissão unânime.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carvalho Pinto) — A meu ver, tudo é apenas questão de dar-se ao documento redação hábil, de modo a não assumirmos responsabilidade que, amanhã, nos poderá motivar dores de cabeça. Mas, estou a disposição dos companheiros para o que ficar decidido.

O SR. SENADOR ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Acredito que nunca teremos oportunidade de satisfazer integralmente as reclamações ou reivindicações de classe cafeeira porque elas, naturalmente, estão sempre acima das possibilidades da política adotada pelo Executivo.

Então, a Comissão — a meu ver — não deve ficar indiferente à situação que se apresenta tão urgente e tão

difícil. Procuraria ver se era possível conciliar as duas posições do seguinte modo: o eminente Deputado Renato Celidonio faria um memorial ponderado, respeitoso, atencioso, como deve ser tratada a administração atual. Não sei se todos são da mesma opinião. Mas sou do MDB e tenho muito cuidado ao tratar do militar (Risos.) S. Exa. faria um memorial atencioso, que não provocaria — vamos dizer — irritação por parte dos órgãos da administração. Faria o memorial com a inteligência que tem para redigir, dizendo que nossa Comissão tem recebido pedidos de produtores, de comerciantes, das classes atingidas e tomava a liberdade de encaminhá-los ao próprio Ministro da Agricultura, ao Conselho Monetário Nacional, às autoridades competentes. Diria que não era assunto da competência específica da Comissão, mas se tratava da defesa da economia do País, dos elementos básicos da economia do País.

O SR. DEPUTADO RENATO CELIDONIO — Tenho a impressão de que a sugestão do nobre Senador Argemiro de Figueiredo atende perfeitamente ao dilema em que nos colocamos: de um lado reconhecendo que tendo em vista as superiores finalidades desta Comissão, não poderíamos transformá-la num instrumento meramente reivindicatório, e de outro lado, dando a esperança de estarmos mais em contato com a cafeicultura, sentido isto, as esperanças, afinal toda a angústia, que está representada no resultado dos trabalhos desta Comissão. Portanto, não se poria toda a responsabilidade na Administração, com esquemas financeiros, com regulamentos, cujas consequências são, completamente, a meu ver, contrárias aos próprios interesses da economia nacional.

Fiz cálculos, com relação aos preços fixados, por esses esquemas financeiros. Face ao volume da safra do ano passado, é baixo o volume da safra atual — isto é, no ano passado tivemos 23 milhões de sacas ao preço, mais ou menos, de NCr\$ 56,40. Fiz os cálculos — lamentavelmente, me esqueci de os trazer para mostrá-los aos Srs. — e verifico que, por esse preço, compensaria muito mais o preço de 65, hoje, por uma safra de 17 milhões de sacas. No melhor das hipóteses, como disse o Deputado Renato Celidonio, é possível realmente que não cheguemos mais a quinze milhões de sacas. Então o prejuízo seria bem menor.

Então, face ao volume das safras — eu fiz os cálculos e posso mandar pelo malote, amanhã aos membros da Comissão pois são cálculos muito interessantes, dados colhidos nos assessorios, são dados absolutamente reais — para uma safra de vinte e três milhões de sacas o preço de 53,40 representa 17,3% menos do que o preço menor de 56,40, dado para uma safra de vinte e três milhões de sacas. Portanto, o preço de 1965, que significou para o IBC um aumento de 15%, ainda deixaria a cafeicultura um déficit de 2,3%, dado o volume da safra.

Ora, se não houve sequer reajustamento do preço para que a cafeicultura este ano, dado o volume da safra, ultrapassado o do ano passado, não já houve esse déficit de 2,3%, era preciso ainda acrescentar a desvalorização da moeda que de acordo com os dados oficiais de 22% da desvalorização da moeda, chegamos então à conclusão de que tivemos uma descapitalização em torno de 24,6%.

Ora já nos anos anteriores a cafeicultura gritava, e com toda razão. Tenho em meu poder carta contendo um trabalho do Dr. Conrado Ferraz, que é um dos grandes e tradicionais cafeicultores de São Paulo, é diretor do Dr. Alceu Martins Barreira, que é um dos assessores da nossa Co-

missão, carta esta que é um verdadeiro libelo já nos anos anteriores a cafeicultura alertava as autoridades com relação a problemas de preços altamente lesivos, não apenas à cafeicultura mas à economia nacional.

Os Srs. poderão imaginar o que vai significar, com relação aos preços do ano passado uma descapitalização de 24,3%. E' como disse o cafeicultor Olavo Fera — ele vai tocar fogo em 650 pés de café que tem São São Paulo.

Na hora que isto ocorrer este fenômeno trará consequências danosas à economia nacional.

Estou com o nobre Senador Arge-miro de Figueiredo com relação à cautela e à verdadeira habilidade que devemos ter na redação deste documento, que significará apenas um alerta às autoridades competentes, pedindo as providências necessárias.

O SR. SENADOR ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Seria uma exposição por parte da Comissão em que se faria um alerta às autoridades competentes, pedindo as providências necessárias.

Essa exposição, naturalmente, terá que ser feita por pessoa que conheça bem o fenômeno.

Eu insistiria nesse ponto porque me despertou a emoção e ao mesmo tempo, o júbilo patriótico, a atitude do Governo do Paraná, reduzindo uma taxa que cobrava sobre a saca do café, no sentido de salvar, de amenizar a situação crítica em que se encontra a economia cafeeira do Estado e, com isso, fortalecer a economia do Estado e, afinal, a do próprio país.

Esse exemplo é muito significativo para que os órgãos governamentais tomem conhecimento dele por intermédio, já agora, da exposição que está sendo feita nesta Comissão.

De modo que será uma exposição que a Comissão tomaria a liberdade de enviar por se tratar, evidentemente, de matéria fundamentalmente relacionada com a economia do próprio país.

O SR. DEPUTADO JOSE RICHIA (Relator) — Há nesse esquema um verdadeiro paradoxo. Pelas cambiais fixadas para o Porto de Paranaguá, por exemplo, teríamos NCr\$ 76,30. Isso é um líquido, se o cafeicultor não exportar, de quarenta e oito e poucos cruzeiros novos. Pelo preço de 65 — é um verdadeiro paradoxo — daria um líquido de 51. Assim é mais negócio vender para o próprio IBC do que exportar. Então estamos tendo um duplo prejuízo: o cafeicultor que vai deixar de exportar e o Estado do Paraná que vai deixar de arrecadar, por intermédio do seu principal porto.

Por isso, tem razão o pessoal do Nordeste. Onde eles não entendem muito a mecânica da política cafeeira. Mas têm razão quando dizem que o café é inflacionário, mas inflacionário graças a esses esquemas sem pé nem cabeça que os governos baixam, estabelecendo-se verdadeiros paradoxos.

Nós vamos ter uma safra menos do que a nossa quota de exportação, sem contar o consumo interno. Entretanto, é possível até que tenhamos que emitir para comprar toda a safra do Paraná. São verdadeiros paradoxos.

O SR. DEPUTADO FERRAZ para as despesas com 700 bilhões por IGREJA — O café rende, contribui ano.

O SR. DEPUTADO JOSE RICHIA (Relator) — Sim, exato, mas, teoricamente, pode-se perfeitamente culpar o café pelas emissões.

O SR. DEPUTADO FERRAZ IGREJA — Senhor Presidente, apenas para colaborar com o nobre colega que está fazendo o trabalho, quando nós estivemos — e o Deputado Renato Celidônio me parece que também esteve — no ano passado na Comissão do Paraná e em São Paulo.

O Senhor Ministro da Fazenda disse que o preço fixado no ano passado era um preço justo. Era um preço que daria os fins necessários para a lavoura e par aque não houvesse crise. Disse ele que o próprio governo reconheceu que a crise de 1966 foi devida ao fato de o Governo não ter dado à cafeicultura aquele "x".

"Então, seria o caso de nós, agora, alertarmos". São palavras dele.

O nobre Deputado Renato Celidônio esteve nessa reunião. Além disso, com a safra pequena, o Governo paga uma importância maior, mesmo que na próxima safra diminua o valor desse café.

Foi o próprio Ministro da Fazenda quem, no ano passado, reconheceu que a crise de 1966 foi causada pelo fato de os lavradores não terem recebido aquilo que precisavam receber.

O SR. DEPUTADO RENATO CELIDONIO — Gostaria de ver se mais ou menos atendi a essa sugestão de Vossa Excelência.

Tenho como uma posição da Comissão Mista do Café, quanto ao esquema cafeeiro divulgado pelo Governo para a safra de 1968 e 1969: 1º) a Comissão aplaude a antecipação com que o Governo divulgou o esquema cafeeiro para a safra de 1968 e 1969; 2º) a Comissão considera que o Regulamento de Embarque que irá vigorar representa uma continuidade do sistema vigente, salvo pequenas alterações, podendo atender satisfatoriamente a nova safra dentro da legislação em vigor; 3º) a Comissão examina os níveis de preços assegurados pelo Governo sob dois aspectos: 1º — consequências imediatas através das medidas adotadas de reajuste do valor provocadas pelas cambiais obtidas pela exportação do café e ainda do reajuste dos financiamentos.

Neste caso, a Comissão considera como positivas as medidas adequadas, permitindo uma tranquilidade no final da comercialização da safra de 1967 e 1968, bem como maior estímulo à exportação.

2) Com referência a tabela de preços, a vigorar a partir de 1º de julho, tendo em vista pronunciamentos recebidos pela Comissão, em exame do problema, a Comissão considera que os mesmos deveriam merecer um reexame pelas autoridades competentes, par aque sejam reajustadas a níveis mais adequados, a fim de evitar maior desestímulo e descapitalização à cafeicultura.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carvalho Pinto) — Eu me permito, nesta primeira parte...

O SR. DEPUTADO RENATO CELIDONIO — Eu coloquei em termos de Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carvalho Pinto) — ... dizer que a matéria não foi totalmente estudada pela Comissão, por órgãos técnicos. Quanto à parte final, não tenho dúvida, é um apelo sobre preços, sobre o que já nos manifestamos. Não sei se estaríamos adiantando em matéria que não é de nossa competência, que comportaria maiores estudos.

E um ponto-de-vista apenas para esclarecimento.

O SR. SENADOR LIN ODE MATOS — Não há, realmente, um prazo fixado.

O SR. DEPUTADO RENATO CELIDONIO — Fica ao arbítrio do IBC baixar o regulamento.

O SR. SENADOR LINO DE MATOS — Então, excepcionalmente, agora em tempo hábil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carvalho Pinto) — Creio que nós são os pontos: o tempo hábil e a comercialização de acordo com o art. 68.

O SR. DEPUTADO FERRAZ IGREJA — (Início inaudível)

Se nós formos dizer que estamos de acordo com esse preço e não com o futuro, vamos colaborar com o comércio porque este se entende com o Governo.

(Inaudível)

A maioria dos lavradores não tem um cargo sequer de café. Eu ainda consigo guardar algum.

(Prossegue inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carvalho Pinto) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerradas as deliberações da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 17 horas e 35 minutos).

Reunião da Comissão Mista, encarregada de examinar a Legislação Cafeeira e a estrutura do Instituto Brasileiro do Café, elaborar projeto de Lei que atualize e consolide aquela Legislação e que reestruture essa Autarquia, as 16 horas, do dia 8 de maio de 1968.

O SR. DEPUTADO JOSE RICHIA (Relator) — ... lá no gabinete recebi informação de que não haveria problema com relação ao IBC, que 50 milhões de cruzeiros ficariam a disposição da Comissão. Prefiro esta forma, pois, como iremos receber o dinheiro, e questão da Presidência e da Comissão. Mas se o IBC for pagando determinadas importâncias, vamos ficar na dependência. Se amanhã o Instituto não quiser pagar, não virá ninguém.

O SR. SENADOR ARGEMIRO DE FIGUEIREDO (Inaudível)

... deixando ao IBC a autoridade de selecionar por si os elementos de que a Comissão tiver necessidade. E' situação de dependência desagradável. Parece-me, já o fato de o IBC abrir suas portas e oferecer seus técnicos, seus assessores para servir à Comissão, é grande coisa. Contudo, penso é bom manter interdependência entre os dois órgãos — a Comissão e o Instituto —, no sentido de, se houver discordância da planificação do IBC em relação à composição dos membros da Comissão então está livremente efetuada.

Acho que a situação é realmente essa que os Srs. estão vendo, e se trazermos estes problemas à Comissão é para procurar solucioná-los.

O SR. DEPUTADO RENATOR CELIDONIO (Inaudível).

O SR. SENADOR LINO DE MATOS — Nobre Senadores, todos nós sabemos que o Senador Gilberto Marinho luta com dificuldades com as verbas específicas para pagamento de servidores, em reuniões de trabalho extraordinários. Por exemplo, os funcionários de nossos Gabinetes foram obrigados a estabelecer um escalonamento, para esses serviços porque não podem ser pagos todos eles. Com esse escalonamento uns recebem e outro não. Revezando-se naturalmente. E a alegação apresentada é a de que não há verba, alegação esta que naturalmente procede, devido à falta de recursos para esses pagamentos.

Nesses casos, então, o IBC entraria com o "pro labore" ou então, adotariamos a fórmula do Deputado José Richia, mantendo a nossa independência e aceitamos a colaboração do Instituto Brasileiro do Café com um montante tal que o Presidente terá a liberdade de autorizar. Mas se isto não for feito então haverá necessidade de a Mesa do Senado entrar em entendimento com a Mesa da Câmara dos Deputados no sentido de dividir as despesas porque elas não podem correr exclusivamente por conta do Senado, de vez que as comissões são mistas com a participação, por conseguinte, de Senadores e Deputados.

Por isso, fica registrada esta observação que fazemos, para conhecimento até dos próprios funcionários daqui do Senado, porque a eles deve causar estranheza o fato de que nós, que estamos prestando serviço em sessões extraordinárias, de manhã e à noite, não temos direito de receber extraordinários. Agora, como se expu-

ca que elementos estranhos ao Senado, prestando serviço, é verdade — e isto nós compreendemos, mas é preciso fazer com que todos eles compreendam — tenham preferência em receber remuneração, e algumas delas até muito elevadas, de setecentas e cinquenta cruzeiros, de quatrocentos e cinquenta, quatrocentos cruzeiros novos, etc. Eu não estou fazendo nenhuma censura, estou mesmo de acordo e meu voto é favorável, mas apenas faço estas observações porque aos funcionários, deveríamos explicar a cada um deles, que o montante e porque eles são técnicos, que os convidados são especializados no assunto, etc. E mesmo com relação aos funcionários no mais existem diferença. Um datilógrafo e trabalha de manhã à tarde e, quando necessário, à noite e está lá sempre que for necessária sua presença. Mas aí fica a observação e está registrado também o que foi declarado pelo Deputado Celidônio, que já nos informou de que há prece-dentes no IBC, que colabora no CPI.

O SR. DEPUTADO JOSE RICHIA (Relator) — O IBC colabora inclusive na realização de exposições agrícolas e industriais. Muito mais normal seria a colaboração a uma Comissão do Congresso sobre o café. Quero declarar que me antecipei um pouco para saber se poderíamos encontrar recursos extra-Congresso porque sei das dificuldades com relação ao Senado e sei que esses problemas são os mesmos com relação à Câmara. Além da verba muito limitada que temos para esses trabalhos especiais, ainda acresce outro fator: fazemos um orçamento, a grosso modo, de quanto iremos gastar, até o final de nossos trabalhos, tenho a impressão de que chegarão as despesas em torno de cem milhões de cruzeiros. O Senado e a Câmara não estão acostumados — esta é a primeira Comissão Mista e Especial que se faz neste Congresso. Estamos acostumados com os trabalhos de CPI, mas esses não servem para questões financeiras, para se estabelecer sequer uma comparação com a nossa porque, na CPI não se precisa de Assessores Técnicos e então não se gasta nada em assessoria.

Quando se faz uma CPI é para avaliar irregularidade com o Executivo, são homens do Executivo que são convidados a prestar depoimento, o que é normal, e o próprio órgão ao qual pertence o depoente é que custeia todas as despesas de transporte, o que não é o caso de nossa Comissão, em que qualquer tipo de colaboração ou depoimento que tenhamos necessidade de ouvir teremos que custear despesas do depoente. E' uma Comissão que vai rever, examinar e concluir por um projeto que reformule a política cafeeira do Brasil.

Creio que os trabalhos desta Comissão são de tal dimensão que é normal que se gaste muito dinheiro. Ora, não há verba específica para isso, nem no Senado e nem na Câmara e, muito menos, para uma Comissão Mista do Congresso Nacional, de um modo geral, que é a primeira que se realiza.

Por isso tudo, acentuamos, estamos vendo com que dificuldade estamos lidando para que a Contabilidade da Câmara e do Senado nos adiantem algum dinheiro de que temos precisado até agora.

Assim sendo, parece-me que, havendo essa possibilidade de contribuição por parte do IBC — que contribui normalmente para exposições, etc., a aceitamos. Ainda há poucos dias, houve uma comissão feita até à revelia do IBC, ocasião até em que houve requisição — não sei de quem, partiu e, portanto, não vou citar nome, não vou entrar em maiores pormenores — o que sei é que houve requisição que foi cedida do Fundo de Defesa do Café, para realizar a tal comissão de inquérito com relação ao IBC e até extra-IBC.

O SR. SENADOR LINO DE MATOS — Mas sem nenhuma ligação conosco.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICHIA — Exato.

Assim sendo, eu acho mais do que normal à Comissão do Congresso Nacional, que também é Governo, que vai estudar, analisar, prever e atualizar a política do café, que tenhamos uma contribuição do Fundo de Defesa do Café.

O SR. SENADOR LINO DE MATOS — A nossa pretensão é absolutamente legítima.

Creio que está o problema resolvido e V. Exa., Sr. Presidente, tem plenos poderes para aceitar colaboração do IBC e contratar os técnicos necessários, com vencimentos mensais, conforme já resolvido, e até o pagamento de "jeton" quando do comparecimento a esta Comissão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICHIA (Relator) — Sabemos que estamos trabalhando. Os permanentes estão percebendo os eventuais que tem trabalhado igualmente e, na sexta-feira, todos esses irão levar um levantamento completo. São aqueles roteiros estabelecidos pela Comissão. Pedimos que cada um desses que estão trabalhando no IBC, e que são Diretores dos diversos departamentos do IBC, fizessem levantamento de todo aquele roteiro. E, então, cada um observando o seu setor especializado deverá levar na sexta-feira o roteiro solicitado.

Eles estão, realmente, prestando um serviço inestimável à nossa comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carvalho Pinto) — Parece que esta matéria está resolvida.

O SR. DEPUTADO BATISTA MIRANDA — Eles têm obrigação de arcar com essas despesas. Nós aqui estamos prestando um serviço ao café. Então, como ajuda, como colaboração, deveríamos requerer, pois acho que temos direito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carvalho Pinto) — A Comissão deverá tomar providências junto ao IBC para obter a colaboração substancial para nossos trabalhos, em condições que não importem numa dependência relativamente a essas disponibilidades. Tão logo tenhamos o esquema a respeito eu o trarei aqui, para conhecimento da Comissão e autorização final.

Registro essa deliberação relativamente a esses novos técnicos e pelo que me parece, será aprovada e autorizada a remuneração mediante jeton de 50 cruzeiros por sessão a que comparecerem, até o máximo de 4 sessões por dia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICHIA (Relator) — Temos também o problema do tempo.

A Comissão instalou-se no dia 6 de março. Portanto temos 120 dias, prazo que expirará no dia 4 de julho. O prazo do Relator é de 60 dias da data pela Comissão. Termina no dia 14 de maio, portanto na próxima semana. E não é possível concluir o parecer neste prazo. Sob esse aspecto o Relator deve merecer compreensão. Quero, inclusive para assaltar a justiça do que vou pleitear, que é uma dilatação do meu prazo, dizer que dos ofícios expedidos pela Presidência para todos os setores da cafeicultura, solicitando subsídios, somente agora é que estamos começando a receber resposta. Já se escoaram 60 dias e agora é que estamos recebendo as respostas, muitas delas, aliás, limitando-se a acusar o recebimento do expediente da nossa Comissão e a dizer que confiam plenamente na Comissão, não têm nada a apresentar, no momento, talvez, quem sabe, terão algum elemento depois da apresentação do projeto.

Imaginem agora V. Exas. dada a profundidade desse trabalho, aqueles levantamentos estabelecidos pelo rotei-

ro ainda não estão prontos. Só sexta-feira deverão ser entregues. Já se escoaram 60 dias sem que pudéssemos ter, até agora, o levantamento. Proponho uma dilatação do prazo para o projeto. Queria combinar com V. Exas. uma maneira diferente. Quem sabe ficando apenas a parte do relatório com este prazo. Seria, também, conveniente que os demais Membros da Comissão acompanhassem a elaboração do anteprojeto. Podia ser uma solução.

O SR. DEPUTADO BATISTA MIRANDA — Com um anteprojeto, o Comissão exaure o prazo. Este devia ser máximo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICHIA (Relator) — Só com a elaboração desse anteprojeto, vamos exaurir o prazo.

O SR. DEPUTADO BATISTA MIRANDA — Devemos evitar uma terceira prorrogação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICHIA (Relator) — Quero lembrar, ainda, que o prazo de 120 dias, todos sabemos de antemão, seria muito menor do que o razoável para um trabalho bom. Porque com relação à Lei número 779, que criou o I. B. C. em 1962, veio o anteprojeto do Governo e, assim mesmo, o Congresso, em um ano e meio, discutia e votava.

Eu não me refiro ao regime de urgência, mas a simples fato de, em primeira discussão, ter passado pela Câmara, ter sido votado no dia 24 de dezembro de 1961, e ter sido exigido o regime de urgência. Assim mesmo, indo à Câmara, ao Senado e voltando à Câmara, levou um ano e meio a discussão, já havendo como base o anteprojeto!

Ora, se nós nos propuséssemos a elaborar um anteprojeto, para depois a Comissão aperfeiçá-lo, seria ganhar tempo.

Isso, em quatro meses, seria humanamente impossível. Acho que deveríamos, desde logo, pedir dilatação do prazo para a Comissão e eu também solicitaria desde já uma dilatação de prazo para o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carvalho Pinto) — Tem V. Exa. uma idéia precisa do prazo necessário para a conclusão do anteprojeto?

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICHIA (Relator) — Pediríamos para a elaboração do anteprojeto de 45 a 60 dias. Acho que, prorrogando o prazo por 45 dias, cairíamos no recesso e, durante o recesso, eu liquidaria o anteprojeto. A partir, então, de agosto, quando voltaria, o Congresso a se reunir, já teríamos condições de começar o trabalho sem perda de tempo, porque os senhores terão, durante o recesso, tempo suficiente para estudá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carvalho Pinto) — Temos em vista, portanto, a necessidade premente de prorrogação do prazo do Relator que se exaure em uma semana. Depois nós teríamos, após o recesso, oportunidade, de acordo com sugestão do Relator, de pedir o prazo conveniente para a conclusão dos nossos trabalhos.

O SR. DEPUTADO RENATO CELIDONIO — (Inaudível).

O SR. PRESIDENTE (Senador Carvalho Pinto) — Poderíamos, desde já, prorrogar o prazo para o Relator pelo maior espaço de tempo possível, nos termos regimentais. O prazo fica então prorrogado por 45 dias.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICHIA (Relator) — Eu apenas desejaria dizer em que pé estão os nossos trabalhos. É provável que já na sexta-feira estejamos de posse das informações constantes do roteiro dos trabalhos da Comissão. Já temos em mãos o trabalho que solicitamos do Senhor Alceu Martins Pereira, Assessor Permanente da Comissão e que nos dá

uma idéia do panorama da crise cafeeira pela qual atravessamos. Sua Senhoria tomou a liberdade de compilar trabalhos publicados anteriormente e um seu próprio, produzido a partir de quando se fez membro da nossa assessoria. Elaborou, com esses dados, uma síntese do problema, abrangendo inclusive o plano internacional, e os problemas de importação e exportação desde 1900 até hoje, para conhecimento do Relator.

Então, de posse desse trabalho, tomei a liberdade de fazer uma cópia para cada um dos Srs. Membros da Comissão, que mais tarde poderão lê-lo.

De minha parte, era a informação que queria trazer.

A não ser o problema levantado pelo nobre Deputado Renato Celidonio, com relação ao pronunciamento que deva fazer acerca do esquema cafeeiro, temos a impressão de que não seríamos atendidos lá fora se nos omitíssemos de opinar. Devemos discuti-lo. Da conveniência ou não do pronunciamento nosso, ficaria a critério dos Membros da Comissão.

O SR. DEPUTADO BATISTA MIRANDA — Sr. Presidente, sou Deputado por Minas Gerais. Sei que a Comissão já recebeu convite da Assembleia Legislativa daquele Estado para manter contato com nosso Poder Legislativo, que também tem uma Comissão de Assistência à Cafeicultura.

A área leste de Minas responde por 70% da produção cafeeira do Estado e foi objeto de devastadora erradicação, realizada em duas etapas, sendo que, só nessa área, chegamos a 200 milhões de pés de café.

Esta área, através de suas entidades, já se dirigiu também à Comissão pedindo que esta marcasse uma data para que a visitassem, os Membros da Comissão. Reunidos num município ou outros municípios próximos, ali nos concentraríamos e, além de dar algum subsídio à Comissão, e também postulariam as suas reivindicações.

Quero, pois, merecer da Comissão a atenção de decidir a respeito, já que a Comissão compareceu, e com muita oportunidade, ao encontro do Congresso de Cafeicultura, realizado no Estado do Paraná. E mais ainda, indago do nobre Deputado José Richia se S. Exa. tem possibilidade de comparecer, conosco, ao Congresso de Minas, no dia 21 de maio próximo, à noite ou dia 22, pela manhã, porque, assim nos encontraríamos com os demais elementos da Comissão na cidade de Belo Horizonte. E lá teríamos então, um encontro com a Comissão de Cafeicultura, na Assembleia Legislativa.

Esse é o pedido que formulo, no sentido de o colocar em exame e ao debate do plenário.

O SR. DEPUTADO BAPTISTA MIRANDA — Seria conveniente, então, desde logo a comissão fixar a visita a Belo Horizonte ou a Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICHIA (Relator) — Tenho a impressão, nobre Deputado, de que o convite deverá ser aceito e a Comissão deverá, não poderá deixar de ir a Minas Gerais. Apenas penso que oficialmente talvez fosse mais conveniente após o anteprojeto, porque ali então levaríamos algo de concreto para discutir com eles.

O SR. DEPUTADO BAPTISTA MIRANDA — Eu disse o seguinte, nobre Sr. Relator: que um grupo da comissão iria à área principal do Leste de Minas e poder-se-ia, então, já numa segunda etapa, a comissão levar o anteprojeto à Assembleia Legislativa e com eles trocar idéias.

O SR. DEPUTADO BAPTISTA MIRANDA — Devo prestar um esclarecimento à Comissão: existe um conjunto de cerca de 20 a 30 municí-

pios com uma população da ordem de 230 mil pessoas sem emprego por força da erradicação levada a efeito nos últimos meses do Governo Castello Branco.

É enorme o problema social desta imensa massa humana de desempregados. Sou Deputado por lá e sempre sou chamado para dar uma palavra de conforto e dizer o que pensa a Comissão do Café fazer por aquela gente.

Pego aos Srs. Senadores que ouçam nossos apelos, é indispensável que um representante desta Comissão visite aquela área. Trata-se de uma área problemática e calamitosa. Eu não me sentiria bem não estaria cumprindo meu dever para com meu Estado e meu País se esta Comissão, pelo menos, não se der ao trabalho de examinar aquela área.

O SR. SENADOR LINO DE MATOS — Parece pacífica a sugestão de nosso colega, de que esta Comissão deve, realmente, atender a sua sugestão.

O problema foi muito bem focalizado pelo Sr. Relator, Deputado José Richia. Entende S. Exa. que este comparecimento deve significar um instante em que o Relator e Membros da Comissão possam ter um trabalho positivo e discutir com interessados.

Esse anteprojeto, nesse particular, tem o seu art. 1º, que está bom, o art. 2º precisa ser examinado, e assim por diante. A viagem será aproveitada indiretamente.

Creio que o Deputado estará de acordo com essa solução.

Penso que tudo ficará aprovado, estamos todos de acordo, agora, condicionados, apenas, a essa particularidade.

O SR. DEPUTADO BAPTISTA MIRANDA — Concordaria com o Sr. Senador em gênero, mas não concordaria em caso.

O problema, lá, é sobretudo social. Temos conhecimento de que o GERCA continua a distribuir os recursos que se destinam à recuperação de áreas exauridas pela cafeicultura e, ao que sei, essas áreas nada receberam do IBC.

Então, não adianta a nós chegarmos lá, nessa região, daqui a 4 ou 6 meses, com o projeto de lei, para indagar dos radicados na região do sentido, da importância de tal ou qual artigo da lei, quando o problema social, do momento, é muito mais grave do que o texto de uma lei que vai ser votada e cujo efeito será tardio.

Dessa forma própria o seguinte: que a Comissão repito através de alguns dos seus elementos, sentisse o problema e, através desse plenário, manifestasse, também ao GERCA, a necessidade urgente de dar aquela proteção àquela região.

O SR. LINO DE MATOS — Eu estou admitindo, e creio que é pacífico, que no Projeto o problema já fica focalizado por um dos seus artigos. É a solução que tem que ser dada também, aquelas áreas, onde surgir o problema social.

Inaudível.

O SR. DEPUTADO FERRAZ IGREJA — Agora é muito difícil achar solução. Acho até insolúvel, porque, como o Gerca vai operar isto? Para os cafeicultores é um bom negócio, vender café e plantar capim. O problema é do trabalhador; esse é que é um problema sério, grave, tanto no Espírito Santo, quanto na Zona da Mata, em Minas Gerais.

Mas, a erradicação foi muito maior na Zona da Mata e no Espírito Santo. No Paraná, há terras planas, aradas, trabalhadas e substituídas por outras culturas, mas o Espírito Santo e Zona da Mata, são zonas montanhosas e não tem solução, a não ser capim. E, esse capim já foi plantado e transformado em pasto. Então, vamos dar dinheiro a um cafeicultor

que já fez um bom negócio. É um problema difícil.

O SR. DEPUTADO BAPTISTA MIRANDA — É uma região acidentada. Também caracterizada de minifúndio, onde não se pode introduzir a pecuária.

Tenho conhecimento de que, só em estradas de ferro, Minas e Espírito Santo já aplicaram, em 1967, importância equivalente a 20 milhões de cruzeiros, mas tenho conhecimento de que, nessa área, não se aplica um centavo sequer em eletrificação rural que seria um elemento para fixar o trabalhador rural.

Há uma má distribuição de recursos e a região não pode esperar uma melhor distribuição de recursos com base num projeto que, segundo o nobre Deputado José Richa, não será convertido em lei pelo menos antes de um ano.

O SR. DEPUTADO BAPTISTA MIRANDA — (Inaudível)

O SR. SENADOR ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — O eminente Deputado, ao que me parece, está desejando duas coisas: a primeira — conciliar o povo, demonstrando que a Bancada mineira está interessada em eliminar o problema do café, que é realmente crítico, difícil, não só em Minas Gerais como no Espírito Santo e, talvez, até no Paraná. A erradicação do café, lá, prejudica muitos proprietários.

Então, estimaria S. Exa. que um grupo representativo desta Comissão entrasse em contacto a fim de mostrar que a nossa Comissão não está alheia aos sentimentos de reação, de prejuízo ou de pesar dessa gente do Estado. Seria uma satisfação dos representantes ao próprio povo, que está sofrendo. E poderíamos escolher representantes nesta Comissão dos Estados mais próximos, dois ou três, que atenderiam a solicitação de S. Exa. Ficaria, então, S. Exa. bem bem com a população sofrida de seus Estados, pois é um aspecto de ordem social e até de ordem moral que S. Exa. quis apontar.

Outro aspecto seria o de expor, perante a Assembléia de Minas o que é o plano da Comissão, já com uma estruturação do que será a legislação do café. Então, a Comissão, através de um ou dois de seus membros, exporia objetivamente à Assembléia de Minas quais os objetivos desta Comissão na elaboração do anteprojeto de lei. Creio que, atendendo os dois casos, ficaríamos muito bem colocados.

Sr. Presidente, se porventura, como o Deputado Ferraz Igreja disse há pouco, existirem dificuldades de ordem funcional, de ordem legal ou de ordem regimental, sobre se a nossa competência vai se estender à solução desse problema realmente angustiante, que precisa de solução imediata, então a Comissão, com o seu prestígio de estar elaborando uma lei de estruturação do café, tomaria a seu cargo, se estiver nas suas atribuições, o que o nobre Deputado pediu, — a própria Comissão poderia dirigir-se ao Ministério da Indústria e Comércio, ou ao Sr. Presidente da República, solicitando uma descrição do que vai e assistia nas zonas sofridas e pediria a solução urgente para esse caso natureza, que seria talvez a abertura de crédito para indenizar serviços urgentes que auxiliassem a recuperação da zona, quer no aspecto da pecuária, quer no da agricultura, quer da extensão da energia no meio rural, enfim, um processo qualquer de ajuda às populações prejudicadas, às quais o governo iria atender por solicitação ou interferência dessa Comissão.

O SR. DEPUTADO FERRAZ IGREJAS — A situação é calamitosa. Não para os proprietários mas para aqueles que, no Espírito Santo, têm na agricultura parafins de meação. Parece-me que o Instituto já aten-

diu, em parte, a situação, mandando para a região 65 bilhões de cruzeiros.

O SR. DEPUTADO RENATO CELIDÔNIO — A legislação vigente comporta perfeitamente a solução do problema que V. Exa. traz à Comissão. É previsto no esquema financeiro da safra cafeeira um item para utilização dos recursos do Fundo de Reserva e Defesa do Café para diversificação da agricultura nas regiões produtoras. Dê-se item, têm saído as verbas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional para aplicação em estradas de rodagem, para a própria diversificação, para o GERCA, para o próprio funcionamento do IBC, etc.

Já que V. Exa. traz o problema à Comissão, esta tem condições de fazer a sugestão ao Conselho Monetário, que é quem delibera sobre os recursos do Fundo de Reserva da Defesa do Café.

Quanto à solução do problema de Minas; poderia ficar na dependência de uma atribuição dada a V. Exa. ao nobre Relator da Comissão ou a algum outro membro que o Presidente designe para, com V. Exa., acompanhar o problema em seu Estado, e se aprovar aqui, depois, o encaminhamento ao Conselho Monetário; Independentemente de nova legislação pode ser realizada.

O SR. DEPUTADO BAPTISTA MIRANDA — A necessidade, as causas imediatas ou não no quadro atual da região deveriam ser constatadas por elementos que não eu, porque tenho subsídios. Melhor seria que dois ou três Colegas da Comissão visitassem a área do município, se congregassem com os elementos da região e trouxessem subsídios para serem encaminhados às autoridades.

O SR. DEPUTADO RENATO CELIDÔNIO — Justamente o que sugeri.

O SR. DEPUTADO JOSE RICHIA (Relator) — Apenas relatei o problema, porque, a experiência que tive com uma reunião realizada no Paraná, gostaria que não se repetisse. Apesar de ter sido designada apenas uma Comissão que fosse ao Estado do Paraná, assim mesmo, foi uma reunião que deixou muito a desejar, exatamente em relação à instalação da Assembléia para esses trabalhos. Evidentemente, que um roteiro do tamanho do que foi elaborado ninguém poderia saber nem mesmo como começá-lo.

Achei perfeitamente justa essa realização e me comprometi com V. Exas. em ir acompanhando a Comissão. Acho mesmo que esta Comissão deveria ir e poderíamos designar os Srs. Deputados Baptista Miranda e Ferraz Igreja para representar a Comissão.

O SR. DEPUTADO FERRAZ IGREJA — Vou comparecer justamente se for no fim da semana, se for no sábado ou domingo.

O SR. DEPUTADO BAPTISTA MIRANDA — Então gostaria que o Sr. Presidente me desse cobertura para percorrer 120 municípios durante cinco ou seis dias para, em contacto com os fazendeiros, então promover uma reunião e marcarmos o dia em que o nobre Sr. Relator e outros Srs. Deputados e Senadores iriam ao nosso encontro.

O SR. DEPUTADO JOSE RICHIA (Relator) — Então essa reunião será devidamente preparada pelo Senhor Deputado Baptista Miranda, uns cinco ou seis dias antes, para maior rendimento dos nossos trabalhos.

O SR. DEPUTADO BAPTISTA MIRANDA — E agradeço a deferência a um dos mais modestos integrantes desta comissão.

O SR. DEPUTADO JOSE RICHIA (Relator) — Não apoiado.

O SR. DEPUTADO RENATO CELIDÔNIO — Sr. Presidente, no início da reunião o nobre Deputado José Richa achou que, havendo uma Comissão Especial Mista de Senadores e Deputados em pleno trabalho para uma verificação da legislação cafeeira, ao tempo em que o Governo divulga o esquema cafeeiro para a nova safra, com regulamento de embarque em níveis de preços que serão assegurados aos cafeeiros da nova safra, seria interessante um pronunciamento da Comissão sobre esta matéria, que vem despertando, não apenas nos setores de produção e comércio de café, mas até mesmo aos Governos dos Estados cafeeiros, uma série de pronunciamentos e de protestos, principalmente quanto aos níveis de preços e que a Comissão não deveria ficar ausente deste problema.

Dentro deste pensamento, Sr. Presidente, é que eu então teria uma sugestão a fazer de maneira que, não envolvendo a Comissão diretamente com números ou com valores que pudessem trazer uma série de consequências e uma série de debates inconvenientes, nesta fase de seus trabalhos, também não permitisse que ela fosse acusada de omissão.

Quanto a este problema que tanta preocupação está trazendo a todos os setores da cafeicultura, acho que uma nota da Comissão sobre estas medidas poderia trazer uma maior projeção ao próprio trabalho da Comissão e uma maior simpatia de todo esse setor ligado ao café.

Analisando isso, Sr. Presidente, acho que, em primeiro lugar, o regulamento de embarque é quase uma prorrogação do que está em vigor, com pequenas alterações e sem modificar em nada na essência.

O SR. DEPUTADO FERRAZ IGREJA — A comercialização atinge até o tipo 8.

O SR. DEPUTADO RENATO CELIDÔNIO — Permitindo, assim, um tipo ainda mais baixo.

O SR. DEPUTADO FERRAZ IGREJA — É bom cuidarmos bem desse aspecto para não termos que resolvê-lo em cima da hora.

O SR. DEPUTADO RENATO CELIDÔNIO — Acho que um pronunciamento da Comissão, quanto ao regulamento, deveria ser favorável.

Nessa parte parece que é pacífica. Quanto ao nível do preço divulgado é que tem havido uma maior divergência. No setor da produção há um protesto generalizado, porque o reajuste correspondeu a, aproximadamente, 15%, quando a expectativa era de uma base muito maior, em se tratando de uma das menores safras dos últimos anos, que deveria ficar ao redor de 15 milhões de sacas — inferior, portanto, à nossa cota de exportação, e sem considerarmos, ainda, o consumo interno, onde não haverá despesas relacionadas com a compra de excedentes e, além, um aumento na receita, pelo fato de o Governo exportar mais e vender de seus estoques todo o café que vai para o consumo interno.

De modo que, estas argumentações realmente têm validade, se considerarmos uma atitude, por exemplo, como a do Governador do Estado do Paraná, que anunciou que irá abrir mão de 30 do I.C.M. da nova safra, que corresponde praticamente a 200 (duas centenas) milhões de cruzeiros novos por saca, isto é, exatamente 1,95 ao preço de 65. Isto representa a preocupação de um Governo que recia o desestímulo ainda maior para a cafeicultura e, por isso, prefere perder a receita que desestimular a cafeicultura do Estado, que já vem sofrendo — como nos Estados citados de Minas Gerais e outros — uma crise muito grande e uma redução com essas safras que temos agora.

Assim, acho que, com base nesses argumentos, a Comissão poderia apontar a necessidade de um reajus-

te, sem envolver um número, um valor exato, porque isto exigiria um estudo mais aprofundado. Mas julgo que a Comissão deveria reclamar das autoridades, já que nos dão prazo daqui até 1º de julho, quando esses preços vão vigorar, para que realmente haja exame, estudos mais profundos, como esse trabalho que a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo já desenvolveu, como do próprio IBC, que tem departamento especializado, para que esse reajuste seja efetuado pelo Governo, em níveis que ele possa considerar razoáveis, tendo em vista a redução das safras e o baixo poder aquisitivo da cafeicultura, aliado a outros elementos.

Mar, para não ficarmos apenas na crítica, acho que, com as consequências imediatas do que foi divulgado, elas devem ser apontadas, também, quando possível. O Governo, com esta promessa de um pagamento maior em 1º de julho, para a safra nova, já adotou medidas reajustando o valor, em cruzeiros, das cambiais obtidas com a exportação das sacas de café, permitindo maior estímulo e evitando que o I.B.C. vendesse café dela agora, o que iria deprimir o mercado. Em segundo lugar, reajustando os financiamentos de acordo com os novos valores, o que sem dúvida nenhuma traz ao detentor desse café — lavradores ou comerciantes — possibilidade de evitar uma comercialização inadequada nas vésperas de uma safra nova. Acho que esse lado positivo deveria ser lembrado, concluindo-se com um apelo para que o Governo reexamine o reajuste até aquela data, quando irá vigorar o preço até 1º de julho, para que a cafeicultura não safra essa descapitalização, esse impacto com o preço baixo, sem exceção, tanto os produtores, como os comerciantes e os governos dos Estados. Parece que a Comissão poderia tomar posição neste sentido. Esta a sugestão que apresento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carvalho Pinto) — Quería fazer algumas ponderações. Inicialmente, estou de acordo quanto a esses aspectos positivos enumerados pelo Deputado Renato Celidônio. Realmente, os preços são insuficientes e poderão causar a descapitalização de consequências imprevisíveis.

Uma preliminar, porém, me preocupa. A nossa Comissão tem por finalidade estudar a legislação cafeeira e a estrutura do IBC e não se preocupar com problemas contingentes que surgem a todo instante, alguns até dramáticos, que sofre a cafeicultura. Se assim procedesse, a Comissão passaria a ser essencialmente instrumento reivindicatório, que são legítimas mas que a desviariam das suas finalidades.

Eu, própria, então, que essa moção se fizesse, talvez, subscrita pelos Membros da Comissão que estudam o problema do café, mas não uma moção individual; uma moção nossa, de membros de uma Comissão que estuda o assunto em pleno legislativo, de que propriamente em nome de uma Comissão que não tenha, a rigor, poderes delegados para manifestação dessa ordem.

O SR. DEPUTADO RENATO CELIDÔNIO — São ponderáveis as argumentações do Presidente, Senador Carvalho Pinto. A verdade é que a cafeicultura deposita nesta Comissão uma esperança muito grande, pela autoridade de que foi revestida, com representantes do Senado e da Câmara, sob a presidência de V. Exa., e está aguardando que a Câmara colabore neste sentido.

Não sei se a maneira mais adequada seria uma ou outra. Acho ponderáveis essas alegações de V. Exa. Talvez não seja mesmo conveniente a Comissão ir diretamente. Mas alguma coisa que não fosse oficial ou oficialmente, de maneira que a Agricultura tomasse conhecimento

mesmo indiretamente, creio que seria interessante, porque a esperança que há em torno desta Comissão é muito grande. O Senador deve ter sentido isso na região.

O SR. SENADOR LINO DE MATOS — Na Associação Rural Brasileira foi o problema examinado justamente no sentido de que a Comissão formule um apelo ao Governo para um reexame quanto aos valores, mas sem dizer que deva ser de 65, 80 ou 90, mesmo porque nesse particular não há absoluta concordância. Estamos vendo, por exemplo, no material que nos foi entregue, a carta de um velho plantador de café como é o Sr. Alberto Ferraz prometendo erradicar todo o seu cafezal se o preço não for pelo menos de 80 cruzeiros. Na Associação Rural Brasileira há, os que admitem que, com menos de 90 cruzeiros, não adianta continuar.

Assim, nós formularíamos apenas um apelo para que o Governo reexamine, o assunto, partindo da afirmação de que a 65 cruzeiros não é possível.

O SR. DEPUTADO RENATO CELIDÔNIO — Se a Comissão adotar um pronunciamento equilibrado, de certa forma ela assume a posição de tradicional balbúrdia de vésperas de evitar que se caia nessa infelizmente decisões como essa do Governo. No fim, virá leilão e o Governo não tem condições de atendimento em termos de resultados positivos porque não houve alguém que orientasse uma reivindicação mais equilibrada.

O SR. SENADOR LINO DE MATOS — Quanto à observação do Presidente, Senador Carvalho Pinto, de que a Comissão não deve aparecer oficialmente, a mim me parece o risco seguinte: se nós vamos encaminhar um telegrama ou ofício não assinado pela Comissão, pode parecer ter havido discrepância entre os membros da Comissão quanto à orientação firmada. Daí eu achar que a orientação deveria ser comunicada oficialmente com deliberação de uma Comissão unânime.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carvalho Pinto) — A meu ver, tudo é apenas questão de dar-se ao documento redação hábil, de modo a não assumirmos responsabilidade que, amanhã, nos poderá motivar dores de cabeça. Mas, estou à disposição dos companheiros para o que ficar decidido.

O SR. SENADOR ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Acredito que nunca teremos oportunidade de satisfazer integralmente as reclamações ou reivindicações da classe cafeeira porque elas, naturalmente, estão sempre acima das possibilidades da política adotada pelo Executivo.

Então, a Comissão — a meu ver — não deve ficar indiferente à situação que se apresenta tão urgente e tão difícil. Procuraria ver se era possível conciliar as duas posições do seguinte modo: o eminente Deputado Renato Celidônio faria um memorial ponderado, respeitoso, atencioso, como se tratasse a administração atual. Não sei se todos são da ARENA, mas sou do MDB e tenho muito cuidado ao tratar com militares (Risos). S. Exa. faria um memorial atencioso, que não provocaria — vamos dizer — irritação por parte dos órgãos da administração. Faria o memorial com a inteligência que tem para redigir, dizendo que nossa Comissão tem recebido pedidos de produtores, de comerciantes, das classes atingidas e tomava a liberdade de encaminhá-los ao próprio Ministro da Agricultura, ao Conselho Monetário Nacional, às autoridades competentes. Dizia que não era assunto da competência específica da Comissão, mas se tratava da defesa da economia do País, dos elementos básicos da economia do País.

O SR. DEPUTADO RENATO CELIDÔNIO — Tenho a impressão de

que a sugestão do nobre Senador Argemiro de Figueiredo atende perfeitamente ao dilema em que nos colocamos: de um lado reconhecendo que, tendo em vista as superiores finalidades desta Comissão, não poderemos transformá-la num instrumento meramente reivindicatório. E de outro lado, dado a esperança de estarmos mais em contacto com a cafeicultura, sentindo isto, as esperanças, afinal toda a angústia, que está representada no resultados dos trabalhos desta Comissão. Portanto, não se poria toda a responsabilidade na Administração, com esquemas financeiros, com regulamentos, cujas consequências são, completamente, a meu ver, contrárias aos próprios interesses da economia nacional.

Fiz cálculos, com relação aos preços fixados, por esses esquemas financeiros. Fica ao volume da safra do ano passado, é baixo o volume da safra atual — isto é, no ano passado tivemos 23 milhões de sacas ao preço, mais ou menos de NCr\$ 56,40. Fiz os cálculos — lamentavelmente, me esqueci de os trazer para mostrá-los aos Srs. — e verifiquei que, por esse preço, compensaria muito mais o preço de 65; hoje, por uma safra de 17 milhões de sacas. No melhor das hipóteses, como disse o Deputado Renato Celidônio, é possível realmente que não cheguemos mais a quinze milhões de sacas. Ai então o prejuízo seria bem menor.

Então, face ao volume das safras — eu fiz os cálculos e posso mandar pelo malote, amanhã aos membros da Comissão, pois são cálculos muito interessantes, dados colhidos por nossos assessores, são dados absolutamente reais — para uma safra de vinte e três milhões de sacas o preço de 53,40 representa 17,3% menos do que o preço menor de 56,40, dado para uma safra de vinte e três milhões de sacas. Portanto, o preço de 1965, que, significou para o IBC um aumento de 15%, ainda deixaria à cafeicultura um déficit de 2,3%, dado o volume da safra.

Ora, se não houve sequer reajustamento do preço para que a cafeicultura este ano, dado o volume da safra, ultrapassado o do ano passado pois já houve esse déficit de 2,3%, era preciso ainda acrescentar a desvalorização da moeda que, de acordo com os dados oficiais de 22% da desvalorização da moeda, chegamos então à conclusão de que tivemos uma descapitalização em torno de 24,6%.

Ora, já nos anos anteriores a cafeicultura gritava e com toda razão. Tenho em meu poder, carta contendo um trabalho do Dr. Conrado Ferraz, que é um dos grandes e tradicionais cafeicultores de São Paulo, dirigida ao Dr. Alceu Martins Barreira, que é um dos assessores da nossa Comissão, carta esta que é um verdadeiro libelo. Já nos anos anteriores a cafeicultura alertava as autoridades com relação a problemas de preços altamente lesivos, não apenas à cafeicultura mas à economia nacional.

Os Srs. poderão imaginar o que vai significar, com relação aos preços do ano passado, uma descapitalização de 24,3%. E como disse o cafeicultor Olavo Ferraz — ele vai tocar fogo em 650 pés de café que tem em São Paulo.

Na hora que isto ocorrer este fenômeno trará consequências danosas à economia nacional.

Estou com o nobre Senador Argemiro de Figueiredo com relação a cautela e à verdadeira habilidade que devemos ter na redação deste documento, que significará apenas um alerta às autoridades competentes, com as responsabilidades que temos.

O SR. SENADOR ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Seria uma exposição por parte da Comissão em que se faria um alerta às autoridades competentes, pedindo as providências necessárias.

Essa exposição, naturalmente, terá que ser feita por pessoa que conheça bem o fenômeno.

Eu insistiria nesse ponto porque me despertou a emoção e, ao mesmo tempo, o júbilo patriótico, a atitude do Governo do Paraná, reduzindo uma taxa que cobrava sobre a saca do café, no sentido de salvar, de amenizar a situação crítica em que se encontra a economia cafeeira do Estado e, com isso, fortalecer a economia do Estado e, afinal, a do próprio país.

Esse exemplo é muito significativo para que os órgãos governamentais tomem conhecimento dele por intermédio, já agora, da exposição que está sendo feita nesta Comissão.

De modo que seria uma exposição que a Comissão tomaria a liberdade de enviar por se tratar, evidentemente, de matéria fundamentalmente relacionada com a economia do próprio país.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICHIA (Relator) — Há nesse esquema um verdadeiro paradoxo. Pelas cambiais fixadas para o Porto de Santos, por exemplo, teríamos NCr\$ 76,30. Isso daria um líquido, se o cafeicultor fosse exportar, de quarenta e oito e poucos cruzeiros novos. Pelo preço de 65 — é um verdadeiro paradoxo — daria um líquido de 51. Assim é mais negócio vender para o produto IBC do que exportar. Então, estamos tendo um duplo prejuízo: o cafeicultor que vai deixar de exportar e o Estado do Paraná que vai deixar de arrecadar, por intermédio do seu principal porto.

Por isso, tem razão o pessoal do Nordeste. E onde eles não entendem muito a mecânica da política cafeeira. Mas têm razão quando dizem que o café é inflacionário, mas inflacionário graças a esses esquemas sem pé nem cabeça que os governos baixam, estabelecendo-se verdadeiros paradoxos.

Nós vamos ter uma safra menor do que a nossa quota de exportação, sem contar o consumo interno. Entretanto, é possível até que tenhamos que emitir para comprar toda a safra do Paraná. São verdadeiros paradoxos.

O SR. DEPUTADO FERRAZ IGREJA — O café rende, contribui para as despesas com 700 bilhões por ano.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICHIA (Relator) — Sim, exato, mas, teoricamente, pode-se perfeitamente culpar o café pelas emissões.

O SR. DEPUTADO FERRAZ IGREJA — Sr. Presidente, apenas para colaborar com o nobre colega que está fazendo o trabalho, quando nós estivemos — e o Deputado Renato Celidônio me parece que também esteve — no ano passado na Comissão do Paraná e em São Paulo, o Sr. Ministro da Fazenda disse que o preço fixado no ano passado era um preço justo. Era um preço que daria os fins necessários para a lavoura e para que não houvesse crise. Disse ele que o próprio governo reconheceu que a crise de 1966 foi devida ao fato de o Governo não ter dado à cafeicultura aquele "x".

"Então, seria o caso de nós, agora, alertarmos". São palavras dele.

O nobre Deputado Renato Celidônio esteve nessa reunião. Além disso, com a safra pequena, o Governo paga uma importância maior, mesmo que na próxima safra diminua o valor desse café.

Foi o próprio Ministro da Fazenda, quem, no ano passado, reconheceu que a crise de 1966 foi causada pelo fato de os lavradores não terem recebido aquilo que precisavam receber.

O SR. DEPUTADO RENATO CELIDÔNIO — Gostaria de ver se mais ou menos atendi a essa sugestão de S. Exa.

Tenho como uma posição da Comissão Mistra do Café, quanto ao esquema cafeeiro divulgado pelo Governo para a safra de 1968-1969; 1º) a Comissão aplaude a antecipação com que o Governo divulgou o esquema cafeeiro para a safra de 1968-1969; 2º) a Comissão considera que o Regulamento de Embarque que a vigorar representa uma continuidade do sistema vigente, salvo pequenas alterações, podendo atender satisfatoriamente à nova safra dentro da legislação em vigor; 3º) a Comissão examina os níveis de preços assegurados pelo Governo sob dois aspectos: 1º — consequências imediatas através das medidas adotadas de reajuste do valor provocadas pelas cambiais obtidas pela exportação do café e ainda do reajuste dos financiamentos.

Neste caso, a Comissão considera como positivas as medidas adequadas, permitindo uma tranquilidade no final da comercialização da safra de 1967-1968, bem como maior estímulo à exportação.

2) Com referência à tabela de preços, a vigorar a partir de 1º de julho, tendo em vista pronunciamentos recebidos pela Comissão em exame do problema, a Comissão considera que os mesmos deveriam merecer um reexame pelas autoridades competentes, para que sejam reajustados a níveis mais adequados, a fim de evitar maior desestímulo e descapitalização à cafeicultura.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carvalho Pinto) — Eu me permito, nesta primeira parte...

O SR. DEPUTADO RENATO CELIDÔNIO — Eu coloquei em termos de Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carvalho Pinto) — ...dizer que a matéria não foi totalmente estudada pela Comissão, por órgãos técnicos. Quanto à parte final, não tenho dúvida, é um apelo sobre preços, sobre o que já nos manifestamos. Não sei se estamos adiantando, em matéria que não é de nossa competência, que comportaria maiores estudos.

É um ponto-de-vista pessoal, apenas para esclarecimento.

O SR. SENADOR LINO DE MATOS — Não há, realmente, um prazo fixado.

O SR. DEPUTADO RENATO CELIDÔNIO — Fica ao arbitrio do IBC baixar o regulamento.

O SR. SENADOR LINO DE MATOS — Então, excepcionalmente, agora, em tempo hábil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carvalho Pinto) — Creio que dois são os pontos: o tempo hábil e a comercialização de acordo com o art. 68.

O SR. DEPUTADO FERRAZ IGREJA (Início inaudível.)

Se nós formos dizer que estamos de acordo com esse preço e não com o futuro, vamos colaborar com o comércio porque este se entende com o Governo.

(Inaudível)

A maioria dos lavradores não tem um carvão sequer de café. Eu ainda consigo guardar algum.

(Prossegue inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carvalho Pinto) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrados os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 17 horas e 30 minutos).